

SUMÁRIO

GOVERNO DE MACAU

Nova publicação, rectificada, do Decreto-Lei n.º 46/83/M, que actualiza a tabela dos preços das assinaturas e venda avulsa do *Boletim Oficial* e bem assim dos anúncios e demais escritos a publicar nele.

Decreto-Lei n.º 47/83/M:

Aumenta lugares no quadro de pessoal da Polícia Marítima e Fiscal.

Decreto-Lei n.º 48/83/M:

Dá nova redacção ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7/83/M, de 29 de Janeiro.

Portaria n.º 201/83/M:

Abre um crédito especial de \$ 4 810 000,00, para reforço de várias verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral para o ano económico de 1983.

Portaria n.º 202/83/M:

Reforça, por transferência, duas verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral para o ano económico de 1983.

Portaria n.º 203/83/M:

Fixa a validade das plantas de alinhamento dos arruamentos da cidade de Macau, a emitir pela Direcção de Obras Públicas e Transportes.

Repartição do Gabinete:

Portaria que concede, a título póstumo, a Medalha de Valor ao Senhor Ho Yin.

Despacho n.º 24/83/ADM, respeitante à distribuição do pessoal da actual Conservatória dos Registos pelas novas Conservatórias.

Despacho n.º 25/83/ADM, designando um terceiro-ajudante de 1.ª Conservatória do Registo Civil para assegurar o funcionamento da Delegação do Registo Civil na Taipa.

Despacho n.º 28/83/ECT, respeitante a acções no domínio da valorização do património cultural e arquitectónico de Macau.

Recurso n.º 17 401, do Supremo Tribunal Administrativo.

Serviço de Administração e Função Pública:

Extractos de despachos.

Serviços de Educação e Cultura:

Extracto de despacho.

Declaração.

Serviços de Saúde:

Extractos de despachos.

Declarações.

Serviços de Estatística:

Extracto de despacho.

Declaração.

Serviços de Finanças:

Extractos de despachos.

Declaração.

Serviços de Correios e Telecomunicações:

Declarações

Conservatória dos Registos da Comarca de Macau:

Extractos de despachos.

Serviços de Economia:

Extracto de despacho.

Serviços de Obras Públicas e Transportes:

Extracto de despacho.

Declaração.

Serviços Meteorológicos e Geofísicos:

Extractos de despachos.

Serviços de Turismo:

Extracto de alvará.

Inspeção dos Contratos de Jogos:

Extracto de despacho.

Serviços de Marinha:

Extractos de despachos.

Forças de Segurança de Macau:**COMANDO:**

Extracto de despacho.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Extractos de despachos.

Declaração.

POLÍCIA MARÍTIMA E FISCAL:

Extractos de despachos.

Declarações.

CORPO DE BOMBEIROS:

Rectificação.

DIRECTORIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA:

Extractos de despachos.

Avisos e anúncios oficiais

Dos Serviços de Assuntos Chineses, sobre o concurso para o provimento de um lugar de terceiro-oficial do quadro administrativo.

Dos Serviços de Finanças. — Resumo do movimento do Cofre Geral do Território, referente ao mês de Outubro de 1983.

Dos Serviços Finanças. — Lista definitiva dos candidatos ao concurso para o provimento de lugares de escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe.

Dos mesmos Serviços, sobre a habilitação da interessada na pensão de sobrevivência deixada por um falecido comandante de secção da Polícia de Segurança Pública.

Do Comando das Forças de Segurança de Macau. — Lista definitiva dos candidatos à prestação do serviço de segurança territorial — 3.º Turno/SST/1983.

Do mesmo Comando. — Resultados da Junta de Recrutamento Territorial, relativos à inspecção dos candidatos à prestação do 3.º Turno/SST/1983.

Do mesmo Comando. — Lista definitiva dos candidatos à prestação do serviço de segurança territorial, 1.º Turno/SST/1984.

Do mesmo Comando. — Resultados da Junta de Recrutamento Territorial relativos à inspecção dos candidatos à prestação do 1.º Turno/SST/1984.

Da Polícia Marítima e Fiscal. — Lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso para o provimento de um lugar de escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe.

Da Directoria da Polícia Judiciária — Lista provisória do concurso para o provimento de três lugares de terceiro-oficial.

Anúncios judiciais e outros**澳門政府****目錄**

經修正重新刊登第四六/八三/M號法令關於調整政府公報訂閱及零售以及刊登佈告及其他文告之價目表

第四七/八三/M號法令:

在水警稽查隊人員團體內增設數職位

第四八/八三/M號法令:

修正一月二十九日第七/八三/M號法令第三條條文

第二〇一/八三/M號訓令:

特開款項四百八十一萬元列入一九八三經濟年度總預算冊平常支出部門數宗款項內

第二〇二/八三/M號訓令:

着將一九八三經濟年度總預算冊平常支出部門款項兩宗調動追加

第二〇三/八三/M號訓令:

訂定工務運輸司發出之澳門市街道準線圖有效期

秘書處

訓令一件 追贈給何賢先生英勇勳章

第二四/八三/ADM號批示 關於將民事登記局現職人員分配在新的登記局

第二五/八三/ADM號批示 委任第一民事登記局一名三等助理員確保保仔民事登記分所工作

第二八/八三/ECT號批示 關於財產價值方面之行動

最高平政院第一七四〇一號上訴書

行政暨公職署

批示綱要數件

教育文化司

批示綱要一件
聲明書一件

衛生司

批示綱要數件
聲明書數件

統計廳

批示綱要一件
聲明書一件

財政司

批示綱要數件
聲明書一件

郵電司

聲明書數件

澳門法區登記局

批示綱要數件

經濟司

批示綱要一件

工務運輸司

批示綱要一件
聲明書一件

地球物理暨氣象台

批示綱要數件

旅遊司

准照綱要一件

博彩合約監察處

批示綱要一件

海軍軍務廳

批示綱要數件

澳門保安部隊司令部:

批示綱要一件

法律文告及其他

- 治安警察廳：
批示綱要數件
聲明書一件
水警稽查隊：
批示綱要數件
聲明書數件
消防隊：
修正書一件
司法警察司：
批示綱要數件
- 官署文告**
- 華務廳佈告 關於招考填補行政團體三等文員一缺考試事宜
財政司佈告 關於一九八三年十月份本地區總庫活動概況
財政司佈告 關於招考填補三等書記兼打字員數缺准考人確定名單
財政司佈告 仰關係人到領治安警察廳一已故總警司遺下之遺屬贍養金
澳門保安司令部佈告 關於男性報名參加一九八三年第三期地區治安服務准考人確定名單
澳門保安司令部佈告 關於一九八三年第三期地區治安服務准考人體格檢驗結果
澳門保安司令部佈告 關於男性報名參加一九八四年第一期地區治安服務准考人確定名單
澳門保安司令部佈告 關於一九八四年第一期地區治安服務准考人體格檢驗結果
水警稽查隊佈告 關於招考填補三等書記兼打字員一缺准考人臨時名單
司法警察司佈告 關於招考填補三等文員三缺准考人臨時名單

Tradução feita por *António José Lai*, intérprete-tradutor principal**GOVERNO DE MACAU**

Por ter saído inexacto, novamente se publica:

Decreto-Lei n.º 46/83/M

de 10 de Dezembro

Afigurando-se necessário proceder à actualização das tabelas dos preços das assinaturas e venda avulsa do *Boletim Oficial* e bem assim dos editais, anúncios, avisos e demais escritos que hajam de ser nele publicados, tendo em vista não só o agravamento do custo das matérias-primas, mão-de-obra e de energia eléctrica, mas também a maior rentabilização dos serviços prestados;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º As tabelas de preços das assinaturas e venda avulsa do *Boletim Oficial* e bem assim dos anúncios, editais, avisos e outros escritos que nele devam ser insertos, passam a ser os seguintes:

a) Assinatura:

Por ano	\$ 400,00
Por semestre	\$ 250,00
Por trimestre	\$ 150,00

b) Anúncio, por linha \$ 3,00

c) Anúncio, em chinês, por carácter \$ 0,50

d) Número avulso, por cada página \$ 0,80

Art. 2.º As futuras revisões das tabelas a que se refere o artigo anterior poderão ser aprovadas por portaria.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 1984, data a partir da qual é revogado o Decreto-Lei n.º 51/81/M, de 28 de Dezembro.

Assinado em 7 de Dezembro de 1983.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.**Decreto-Lei n.º 47/83/M**

de 10 de Dezembro

Considerando que as exigências das missões da Polícia Marítima e Fiscal não encontram satisfação suficiente devido, fundamentalmente, à escassez de efectivos;

Considerando necessário dotar a PMF de uma estrutura que lhe permita desempenhar cabalmente as missões que lhe estão atribuídas pela Portaria n.º 22/77/M, de 12 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Portaria 37/81/M, de 7 Março;

Considerando que a Lei n.º 5/83/M, artigo 1.º, criou o cargo de subchefe mecânico;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º São aumentados no quadro de pessoal da PMF os seguintes lugares:

Pessoal dos quadros aprovados por lei:

— Subchefe mecânico	1
— Guardas de 1.ª classe (femininos)	4
— Guardas de 2.ª classe (femininos)	8

Pessoal contratado:

— Guardas de 3.ª classe	25
-------------------------------	----

Art. 2.º A dotação dos lugares do quadro do pessoal referido no artigo 1.º fica condicionada às disponibilidades orçamentais do Território.

Art. 3.º Os guardas de 1.ª classe e de 2.ª classe mecânicos, passam do quadro do pessoal contratado ao quadro do pessoal dos quadros aprovados por lei.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 1984.

Governo de Macau, aos 7 de Dezembro de 1983. — O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Decreto-Lei n.º 48/83/M

de 10 de Dezembro

Considerando que o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7/83/M, de 29 de Janeiro, não esclarece quais as formas de provimento a que é possível recorrer em caso de recrutamento de pessoal ao abrigo do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau;

Considerando que o normativo sobre progressão na carreira previsto no referido diploma legal se limita a reproduzir o disposto na Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7/83/M, de 29 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

1. As condições de ingresso e de promoção estabelecidas nos artigos seguintes não prejudicam o regime constante do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau.

2. Sempre que as necessidades do serviço o aconselhem, poderão ser nomeados em comissão ordinária de serviço para os lugares dos quadros de chefia e de oficiais de registo ou notariado, ou contratados para o exercício dessas funções ao abrigo da alínea c) do corpo do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, funcionários dos quadros dos Serviços dos Registos e Notariado da República, requisitados ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau.

Art. 2.º É revogado o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 7/83/M, de 29 de Janeiro.

Art. 3.º O presente diploma entra em vigor imediatamente.

Assinado em 7 de Dezembro de 1983.

Publique-se.

O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Portaria n.º 201/83/M

de 10 de Dezembro

Reconhecendo-se a necessidade de reforçar várias verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral para o ano económico de 1983;

Não existindo na mesma tabela de despesa disponibilidades a que se possa recorrer, utiliza-se, para esse fim, ao abrigo da alínea e) do artigo 14.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com a nova redacção dada pelo artigo 4.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, o excesso de cobrança sobre a previsão de receitas do orçamento da receita ordinária para o corrente ano económico;

Cumpridas as formalidades prescritas nos n.ºs 1.º a 4.º do artigo 15.º do mencionado Decreto n.º 35 770;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pela alínea e) do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau manda:

Artigo 1.º É aberto, nos termos dos artigos 6.º e 15.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, um crédito especial de \$4 810 000,00, para reforço das seguintes verbas da tabela orçamental de despesa ordinária para o corrente ano económico de 1983:

CAPÍTULO 9.º

Serviços de Finanças

Pensões e reformas

Artigo 257.º — Classes inactivas:

1) Pensões de aposentação	\$3 000 000,00
3) Pensões de sobrevivência	\$ 400 000,00

Despesas comuns

Despesas correntes:

Artigo 267.º — Transferências — Sector público:

22) À Empresa Pública de Teledifusão de Macau	\$1 410 000,00
	<u>\$4 810 000,00</u>

Art. 2.º Para contrapartida do crédito de que trata o artigo anterior, são utilizados os excessos de cobrança apurados nas seguintes verbas do orçamento da receita para o ano económico de 1983, cujas previsões se consideram aumentadas de igual montante:

CAPÍTULO 1.º

Impostos directos

Grupo I — Sobre o rendimento:

Artigo 1.º — Contribuição Industrial	\$ 510 000,00
Artigo 3.º — Contribuição predial urbana	\$4 300 000,00
	<u>\$4 810 000,00</u>

Governo de Macau, aos 7 de Dezembro de 1983. — O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Portaria n.º 202/83/M

de 10 de Dezembro

Reconhecendo-se a necessidade de reforçar duas verbas da tabela de despesa extraordinária do Orçamento Geral para o ano económico de 1983;

Existindo na mesma tabela de despesa disponibilidades que podem servir de contrapartida e tendo sido cumpridas as formalidades prescritas nas alíneas *a)* a *c)* do artigo 6.º do Decreto n.º 40 265, de 30 de Julho de 1955;

Usando da faculdade conferida pela alínea *e)* do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau manda:

1. São reforçadas com as importâncias adiante indicadas as seguintes verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral para o ano económico de 1983:

CAPÍTULO 25.º

Despesa extraordinária

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1983

Despesas correntes:

Artigo 679.º — Investigação \$5 900 000,00

Outras despesas de capital

Artigo 681.º — Diversos empreendimentos:

2) Equipamento e instalação de Serviços
Públicos \$4 100 000,00
\$10 000 000,00

2. Para contrapartida dos reforços de que trata o número anterior, são utilizadas as disponibilidades a retirar das seguintes verbas da mesma tabela orçamental de despesa:

CAPÍTULO 25.º

Despesa extraordinária

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1983

Outras despesas de capital

Artigo 681.º — Diversos empreendimentos:

1) Educação \$ 5 357 400,00
3) Indústrias transformadoras \$ 860 000,00
5) Turismo \$ 3 782 600,00
\$10 000 000,00

Governo de Macau, aos 7 de Dezembro de 1983. — O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Portaria n.º 203/83/M

de 10 de Dezembro

Reconhecendo-se a necessidade de alterar o prazo de validade das plantas de alinhamento dos arruamentos da cidade de Macau, fixado pela Portaria n.º 206/76/M, de 11 de Dezembro, a emitir pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento Geral da Construção Urbana, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1 600, de 31 de Julho de 1963;

Ouvido o Conselho Consultivo;

Usando da faculdade conferida pela alínea *c)* do n.º 1 do artigo 15.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau manda:

Artigo único. As plantas de alinhamento dos arruamentos da cidade de Macau, a emitir pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento Geral da Construção Urbana, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1 600, de 31 de Julho de 1963, terão a validade de 12 meses.

Governo de Macau, aos 7 de Dezembro de 1983. — O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

REPARTIÇÃO DO GABINETE

Portaria

Ao longo de mais de trinta anos desenvolveu o Senhor Ho Yin uma intensa e profícua actividade em prol de Macau, de quem se tornou um dos cidadãos mais dilectos pela devoção, amor e carinho como serviu esta Terra.

A sua natural bondade e elevados sentimentos de solidariedade humana tiveram assinalada expressão em muitas e apreciáveis dádivas que, um pouco por todo o lado, ficaram a atestar a sua grande generosidade e amor pelo próximo, tendo aliás esta sua importante faceta sido expressamente reconhecida por Portugal que, em 1971, lhe concedeu a Comenda da Ordem da Benemerência.

Mas o Senhor Ho Yin aliava a uma profunda sensibilidade, evidenciada no seu apurado tacto e em inextinguível correcção de atitudes, uma lealdade que o tornaram credor de estima e consideração gerais. A sua opinião sensata e esclarecida, ouvida com o maior respeito e atenção, permitiram-lhe granjear, a breve trecho, mercê das altas qualidades que unanimemente lhe eram reconhecidas, o respeito e a amizade de sucessivos Governadores que puderam assim contar com o seu precioso conselho e a maior ajuda, em especial nas situações mais difíceis e relativamente às questões de maior melindre e delicadeza.

Pondo infatigavelmente ao serviço do Território todas as suas muitas e assinaláveis qualidades, contribuiu o Senhor Ho Yin, decisivamente, para a consolidação da amizade e do entendimento entre as comunidades portuguesa e chinesa, e para o clima de paz e estabilidade que estão na base do desenvolvimento e do progresso que hoje se verificam em Macau.

Considerando, pois, terem sido realizadas pelo Senhor Ho Yin, ao longo de grande parte da sua vida, obras de alto mérito que, no seu conjunto, contribuíram inequivocamente para a valorização e prestígio do Território e da sua Administração e, em consequência, do próprio País;

No uso da competência atribuída pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, o Governador de Macau manda:

Que ao Senhor Ho Yin seja concedida, a título póstumo, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42/82/M, de 3 de Setembro, a Medalha de Valor.

Residência do Governo, em Macau, aos 8 de Dezembro de 1983. — O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Despacho n.º 24/83/ADM

Nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 8/83/M, de 29 de Janeiro, ouvido o Procurador-Geral Adjunto, determino:

1.º O pessoal da actual Conservatória dos Registos é assim distribuído pelas novas Conservatórias:

a) Para a Conservatória do Registo Comercial e da Propriedade Automóvel:

Conservador — Dr. José Martins Sequeira e Serpa.

Segundo-ajudante — António Ribeiro Júnior (primeiro-ajudante, substituto);

Terceiros-ajudantes — Diana Catarina Jorge Cuan (segundo-ajudante, substituto);

— Maria de Fátima Fernandes.

Escriturário de registo de 2.ª classe — Reinaldo Augusto Graças.

Escriturários de registo de 3.ª classe — Leonor Madeira de Carvalho — Esmeralda de Fátima Viseu Bento Manhão.

Servente de 2.ª classe — Vong Peng Veng.

Condutor de automóveis de 2.ª classe — Pun Kam Seng;

b) Para a Conservatória do Registo Predial:

Terceiro-ajudante — José de Oliveira Ferreira.

Escriturários de registo de 2.ª classe — Danilo Gentil Carmo Catela Antunes — Manuel Francisco Jesus Jr. — Carlos Rios Couto.

2.º O pessoal da actual Conservatória do Registo Civil é assim distribuído pelas novas conservatórias:

a) Para a 1.ª Conservatória do Registo Civil:

Conservadora — Dr.ª Graça Maria Amaro Teixeira Barbosa Osório.

Primeiro-ajudante — Fernanda Maria Ribeiro Robarts.

Terceiro-ajudante — Teresa de Oliveira Ferreira Mak.

Terceiro-ajudante — Arnaldo Jesus do Espírito Santo Dias.

Escriturário de registo de 1.ª classe — Cristina Pinto de Moraes Branco.

Escriturários de registo de 3.ª classe — Helena Lei Pereira Loi — Maria Antonieta do Rosário Machado — Hoi Va Mei.

Assalariados eventuais — Maria Antonieta de Assis Jorge — Arsénio Laurel Vicente de Assis — Luís Filipe Vong Cordeiro — Margarida Marques Jacinto — Elsa Maria dos Remédios.

Servente de 2.ª classe — Liu Sün Va.

Condutor de automóveis de 3.ª classe — Lam Kuok Hong.

b) Para a 2.ª Conservatória do Registo Civil:

Segundo-ajudante — Ana Eulália Guerreiro;

Escriturários de registo de 3.ª classe — Maria Antonieta da Luz Badaraco Moraes — Esmeralda dos Reis Pacheco Cheong — Alice Tang Borges.

Assalariados eventuais — Natalina Maria de Jesus Afonso — Gisela Viegas — Ernesto António de Gregório Madeira.

3.º O pessoal requisitado à República nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau, é assim distribuído pelas novas conservatórias:

a) Para a Conservatória do Registo Predial:

Conservador — Dr. José Gonçalves Marques.

Primeiro-ajudante — Nuno Augusto Saraiva.

Segundo-ajudante — Maria José de Oliveira Moz Carrapa Fernandes de Sá.

b) Para a 1.ª Conservatória do Registo Civil:

Segundo-ajudante — Maria Teresa Soares Correia dos Santos Rocha.

c) Para a 2.ª Conservatória do Registo Civil:

Conservadora — Dr.ª Maria de Fátima Barreto Calado e Silva.

Primeiro-ajudante — José Amadeu Duarte dos Santos Rocha.

Terceiro-ajudante — António José da Cunha Machado.

Residência do Governo, em Macau, aos 6 de Dezembro de 1983. — A Secretária-Adjunta para a Administração, *Maria Adelina de Sá Carvalho*.

Despacho n.º 25/83/ADM

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 42/83/M, de 21 de Novembro, designo o terceiro-ajudante da 1.ª Conservatória do Registo Civil, Arnaldo do Espírito Santo Dias, para assegurar o funcionamento da Delegação do Registo Civil na Taipa.

Residência do Governo, em Macau, aos 6 de Dezembro de 1983. — A Secretária-Adjunta para a Administração, *Maria Adelina de Sá Carvalho*.

Despacho n.º 28/82/ECT*Ações no Domínio da Valorização do Património*

Na sequência do Despacho n.º 1/83/OEFI/ECT, de 28 de Novembro, que determinou a elaboração de um relatório sobre as possibilidades de reaproveitamento do edifício do antigo Hospital de S. Rafael e outros imóveis incluídos no conjunto classificado do Bairro de S. Lázaro e na zona de protecção dos edifícios recuperados da Avenida Conselheiro Ferreira de Almeida, outras acções concretas podem, a curto prazo, ser realizadas, no domínio da recuperação e valorização do património cultural e arquitectónico de Macau.

Estando concluída a preparação de dois diplomas fundamentais (que aguardam agora aprovação) para o funcionamento eficaz da Comissão de Defesa do Património — a proposta de lei de incentivos fiscais à preservação e o projecto de decreto-lei que regula o funcionamento daquela comissão e que inclui a nova lista de edifícios, sítios e conjuntos classificados — e feito também o levantamento do mesmo património, a par de estudos de arranjos urbanísticos dos conjuntos e zonas de protecção dos monumentos;

Vista a faculdade que me foi conferida pela Portaria n.º 212/82/M, de 7 de Dezembro, determino a execução do seguinte:

I — Pelo Instituto Cultural

a) Apresentar ao Leal Senado e à Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes os estudos concluídos ou em fase de conclusão até 31 de Dezembro, respeitantes ao arranjo urbanístico de praças públicas da cidade e zonas de protecção dos monumentos e acompanhar a sua execução quando aprovados;

b) Estudar, em ligação com a Direcção dos Serviços de Turismo, Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes e Leal Senado, e propor o aproveitamento do terreno que confina com o Jardim de Lou Lim Ioc, que vai passar para a posse da Administração do Território;

c) Apresentar à Santa Casa da Misericórdia e outros proprietários do conjunto do Bairro de S. Lázaro sugestões sobre o reaproveitamento global daquele Bairro, de acordo com a proposta de intervenção elaborada pelo Instituto;

d) Propor ao Leal Senado obras de conservação e restauro que se situem no âmbito do Município e facultar-lhe o apoio técnico necessário;

e) Obter a concordância (ou propostas de alteração) de todas as entidades a quem se solicitou parecer sobre a proposta de arranjo da zona junto às Ruínas de S. Paulo e coordenar com a Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, a Direcção dos Serviços de Turismo e o Leal Senado, a execução das intervenções pontuais possíveis;

f) Concluir a inventariação das obras de restauro a levar a efeito nos monumentos do Território;

g) Acompanhar, com absoluta prioridade, o restauro do templo da Barra, em ligação com a Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes e a entidade responsável pela manutenção daquele templo;

h) Verificar, em ligação com os Serviços de Marinha, a possibilidade de remoção imediata de antenas, postes e pequenas construções existentes nas imediações do Farol da Guia e agora já desnecessárias;

i) Estudar, com o Comando das Forças de Segurança de Macau, a eventual recuperação das antigas fortificações militares;

j) Completar o apetrechamento técnico do Centro Cultural de Sir Robert Ho Tung e estudar o aproveitamento de novos espaços para o desenvolvimento de actividades culturais;

l) Organizar o arquivo documental e gráfico do património construído de Macau e divulgá-lo através de novas publicações;

m) Definir com o Leal Senado uma ligação funcional mais correcta com o Museu Luís de Camões e estudar a criação de novos museus;

n) De um modo geral, acompanhar activamente as acções de planeamento urbanístico em curso e elaborar propostas de intervenção urbana para zonas em que a defesa do carácter da cidade seja ainda possível e tenha especial relevância.

II — Pela Direcção dos Serviços de Turismo

a) Conseguir, em ligação com o Instituto Cultural de Macau, o reaproveitamento de edifícios e locais com interesse histórico e cultural, para fins de atracção turística e apresentar as propostas de intervenção convenientes;

b) Concluir, até 31 de Dezembro, a apreciação do processo de ampliação da Pousada da Barra;

c) Acompanhar, com os respectivos proprietários, os projectos de recuperação do Hotel Bela Vista, presentemente em elaboração por um arquitecto privado;

d) Fazer o programa de recuperação do Forte de Mong Há e aproveitamento da zona circundante;

e) Assumir a responsabilidade pela manutenção do terreiro da Fortaleza do Monte e introduzir nele beneficiações com interesse turístico mas correctas do ponto de vista de conservação do património e propor ao Leal Senado melhoramentos na área circundante;

f) Verificar, com a Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, a possibilidade de melhorar os acessos à Fortaleza do Monte, nomeadamente na vertente voltada para as ruínas de S. Paulo;

g) Concluir os estudos, em ligação com o Instituto Cultural de Macau, do aproveitamento do conjunto classificado da Avenida da Praia, na Taipa, para fins de animação cultural e turística, designadamente a preparação de uma casa-museu, uma galeria sobre «Macau de Ontem», e um local próprio para divulgação da culinária macaense tradicional;

h) Apoiar, através do Fundo de Turismo, as actividades do Instituto Cultural de Macau, que tenham também interesse turístico;

i) Elaborar um programa complementar de animação turística, com base nos festejos tradicionais e em locais de interesse histórico;

j) Preparar roteiros especiais para visitantes interessados em aspectos históricos e culturais de Macau;

l) Desenvolver, nos cursos de preparação de guias e outros profissionais de actividades turísticas, os programas relacionados com a História de Macau e rever os conteúdos dos actuais programas, adequando-os à realidade de Macau e ao contexto da área geográfica em que se insere.

III — Pela Direcção dos Serviços de Educação

a) Concluir o estudo do aproveitamento do Edifício da Caixa Escolar para actividades juvenis e de apoio ao desporto;

b) Propor melhoramentos no edifício do Arquivo Histórico e obras de conservação nos outros edifícios dependentes da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura;

c) Definir a utilização das instalações dependentes da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura nas Ilhas e preparar o programa de utilização do terreno da Granja Óscar, para actividades de ar livre;

d) Estudar, através da Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico e em ligação com o Instituto Cultural de Macau, a reedição de obras de autores macaenses ou sobre Macau;

e) Introduzir nos programas de ensino alguns aspectos relevantes da História de Macau e desenvolver junto das escolas programas de actividades ligadas à vivência inter-cultural luso-chinesa, expressão da própria realidade de Macau.

Devem os organismos acima mencionados apresentar-me, até 31 de Janeiro, relatórios sucintos sobre as acções definidas no respectivo âmbito de competência.

Residência do Governo, em Macau, aos 6 de Dezembro de 1983. — O Secretário-Adjunto para a Educação, Cultura e Turismo, *Jorge A. H. Rangel*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Supremo Tribunal Administrativo
Secção do Contencioso Administrativo

Recurso n.º 17 401

Recorrente: Dr.ª Ilda da Conceição Figueira Saldanha

Recorrido: Governador de Macau

Relator — Ex.^{mo} Cons.^o Inácio Fernandes

ASSUNTO: *Parecer. Acto opinativo. Território de Macau. Docentes em comissão de serviço. Fases.*

SUMÁRIO

I — Não é opinativo o despacho do Governador de Macau que, depois de homologar parecer que solicitara ao Gabinete de Consulta Jurídica, resolve a questão que o determinou, de acordo com uma das conclusões desse parecer.

II — O território de Macau rege-se por estatuto próprio adequado à sua situação especial, gozando de autonomia administrativa, económica e legislativa.

III — Os diplomas legais vigentes em Portugal só produzem efeitos em Macau depois de publicados no seu *Boletim Oficial*.

IV — Não é aplicável no Território de Macau o Decreto-Lei n.º 553/80 — Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo — por aí não ter sido publicado.

V — Assim, naquele Território, para o efeito de atribuição de fases a docentes do ensino oficial é de atender ao disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M, de 17 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 10/80/M, de 30 de Agosto, isto é, apenas ao tempo prestado no ensino oficial.

O relator

Inácio Alfredo da Fonseca Fernandes.

Acordam, em conferência na 1.ª secção do Supremo Tribunal Administrativo:

1. Ilda da Conceição Figueira Saldanha, em comissão de serviço como professora do Liceu Nacional Infante D. Henrique, em Macau, entropôs recurso contencioso, visando a anulação do despacho de 15 de Fevereiro de 1982, do Governador de Macau, onde se disse que se homologava o parecer do Procurador-Geral Adjunto, sobre que recaiu, e se decidia a questão em apreço pela forma constante do n.º 9 das conclusões do mesmo parecer.

Na resposta ao recurso aquele concluiu:

a) O despacho recorrido não se ocupou da questão da contagem do tempo de serviço prestado pela recorrente para efeitos de diuturnidades — estando, portanto, tal questão fora do âmbito do recurso e dela não devendo ser tomado conhecimento;

b) E daí que o despacho recorrido não tenha violado as disposições legais constantes dos artigos 8.º e 36.º, n.º 3, da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho;

c) E igualmente não violou a regra do artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M, de 17 de Fevereiro, já que a interpretação que lhe foi dada é a que melhor corresponde ao seu sentido e alcance».

Na sua alegação concluiu a recorrente:

a. O tempo do serviço prestado por um funcionário público gera direito, que terá de ser reconhecido quer em Portugal, quer em Macau.

b. Esse reconhecimento traduzir-se-á em aceitar-se o passado do funcionário, tal como está qualificado pelas leis em Portugal.

c. Não há fundamento para proceder a nova contagem do tempo de serviço anterior à posse, muito menos quando essa revisão se pretende fazer à luz de critérios vigentes em Portugal.

d. Não existe qualquer regra de carácter geral, em relação aos funcionários que venham prestar serviço em comissão, para não atendimento do tempo de serviço prestado em Portugal.

e. Os funcionários que aceitam prestar serviço em comissão, devem alimentar a expectativa deste reconhecimento.

f. Não há razões fundamentadas para a recusa do reconhecimento do tempo de serviço no Ensino Particular em Portugal, anterior à tomada de posse.

g. Induz-se da Lei n.º 7/81/M que, como é de elementar Justiça, se procura respeitar o tempo de serviço prestado fora de Macau.

h. O tempo de serviço pode ter efeitos sobre as diuturnidades e sobre as fases de docência e o aliás douto Parecer, acabou por fixar uma regra de não contagem de tempo também extensiva às diuturnidades.

i. Os artigos 8.º e 36.º da Lei n.º 7/81/M admitem o respeito por diplomas que regem a contagem do tempo de serviço em Portugal, muito embora não aplicáveis em Macau, o que está em manifesta oposição com o critério propugnado no Parecer.

j. O artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M deve ser aplicado aos professores não oriundos doutros quadros e só assim se obterá uma interpretação mais coerente com os princípios gerais de respeito pelos direitos dos funcionários que vêm em comissão de serviço.

k. Violou a decisão recorrida o direito ao tempo de serviço prestado pelo funcionário, contrariando o que se subsume dos artigos 8.º e 36.º — 3 da Lei n.º 7/81/M, bem como a interpretação lógica e coerente do artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M».

O Ex.^{mo} Magistrado do Ministério Público pronuncia-se no sentido da rejeição do recurso, por manifesta ilegalidade da sua interposição, uma vez o despacho recorrido assume a natureza de acto meramente opinativo e como tal contenciosamente inimpugnável.

Se for outro o entendimento, então o recurso não merece provimento, por se não verificar o alegado vício de violação de lei, como se demonstra no Parecer n.º 5/82, sobre o qual recaiu o despacho recorrido.

Colhidos os vistos legais cumpre decidir.

2. A recorrente, professora efectiva da Escola Preparatória das Caldas da Rainha, foi nomeada, por despacho de 6 de Outubro de 1980, publicado no *Boletim Oficial* de Macau de 1 do mês seguinte, para prestar serviço como professora do 10.º Grupo B, do Ensino Secundário do quadro técnico, Grupo I, docentes, do Ensino Oficial, Preparatório e Secundário da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Ma-

cau, por um ano renovável, tendo tomado posse do lugar em 28 de Novembro de 1980.

Em 26 deste mês havia sido remetido ao Director-Geral do Pessoal requerimento da recorrente, pedindo que lhe fosse concedida a 3.ª fase, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 74/78, de 18 de Abril, o qual era acompanhado de boletim biográfico, onde se encontrava registado o tempo de serviço por ela prestado no ensino oficial e no ensino particular, como se alcança de folhas 104 do processo instrutor.

No verso do mesmo boletim anotou-se ter sido «concedida a terceira diuturnidade a partir de 21.11.1980, por ter completado 15 anos de serviço, incluindo o ensino particular de acordo com o estipulado no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21.11.80».

Estes elementos constavam do boletim biográfico entregue pela recorrente à data da sua chegada a Macau.

Em ofício datado de 9 de Janeiro de 1981, dirigido pelo Reitor do Liceu Nacional Infante D. Henrique à Direcção dos Serviços de Educação e Cultura dizia-se:

«1. Com a publicação do Decreto n.º 553, em Portugal, no *D. R.*, I Série, n.º 270, de 21-11-1980, foi considerado, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço prestado pelos professores em estabelecimento do ensino particular;

2. Considerando que a referida lei não se encontra em vigor no território, visto que nada se encontra publicado a esse respeito no *Boletim Oficial*;

3. Assim, surgiu a dúvida quanto à contagem do tempo de serviço da professora, Lic.ª Ilda da Conceição Figueira Saldanha, no que respeita aos quatro anos de serviço prestado por ela no ensino particular e que se encontram já contados no seu registo biográfico, ao abrigo do Decreto n.º 553, pois que quanto às fases dos professores estabelece o artigo 6.º da Lei n.º 10/80/M, de 30 de Agosto, o seguinte:

«1. A docência nos vários graus compreende quatro fases, correspondentes ao tempo de serviço efectivamente prestado em qualquer estabelecimento do ensino oficial, integrando-se nelas o pessoal docente não eventual, respectivamente com menos de 5 anos (fase 1), com 5 anos completos (fase 2), com 10 anos completos (fase 3) e com 15 anos completos (fase 4)».

4. Dado que a fixação da categoria e das diuturnidades da professora Ilda Figueira de Saldanha, depende da consideração ou não dos seus quatro anos de serviço no ensino particular, roga-se a fineza de mandar informar-nos o que houver por conveniente».

Com referência a este ofício, dirigiu-se, em 29 de Março seguinte, o Director dos Serviços de Educação ao Director dos Serviços de Finanças, solicitando parecer sobre o assunto nele tratado.

No seguimento de várias informações no sentido de que não era aplicável em Macau o Decreto-Lei n.º 553/80, por não ter sido publicado no *Boletim Oficial*, foi emitido em 30 de Março de 1981 parecer do seguinte teor:

«Visto.

—Perante o que se encontra legislado em Macau sobre a matéria ((ilegível) artigo 6.º da Lei n.º 10/80/M, de 20 de Agosto) o tempo de serviço prestado no ensino particular não é contado para efeito de mudança de fase, não obstante ter sido publicado em Portugal o Decreto-Lei n.º 553/80, de 20 de Novembro, que não tem cá aplicabilidade.

Assim, e porque o assunto respeita à contagem do tempo de serviço para efeitos de aposentação, diuturnidades e mudança de fases dos funcionários públicos deste Território, compete à Repartição dos Serviços de Administração Civil.

Julgo de se lhe expor o assunto com vista à eventual publicação de medida legislativa semelhante permitindo que o tempo de serviço prestado pelos docentes do ensino particular possa vir a ser cá contado.

À superior consideração de Vossa Excelência».

Em 1 de Abril seguinte despachou-se:

«Concordo.

Proceda-se como propõe o Sr. Chefe da Repartição da Contabilidade Pública, dando conhecimento aos Serviços de Educação e Cultura do encaminhamento para os SACivil».

Em ofício de 15 de Abril de 1981, dirigido por estes Serviços ao Director dos Serviços de Educação e Cultura, dizia-se:

«Em referência ao ofício em epígrafe, tenho a honra de informar V. Ex.ª de que estes Serviços concordam com as informações prestadas pela Direcção dos Serviços de Finanças».

Acompanhando ofício de 23 de Abril de 1981, a Direcção dos Serviços de Educação e Cultura enviou ao Liceu Nacional Infante D. Henrique, para conhecimento da interessada, fotocópia das comunicações trocadas com a Direcção dos Serviços de Finanças e Repartição dos Serviços de Administração Civil.

Sobre o ofício escreveu a ora recorrente em 24 do mesmo mês:

«Tomei conhecimento».

Em 27 de Abril de 1981 foi publicado na II Série do *Diário da República*:

«Integrados na 3.ª fase do serviço docente, nos termos do Decreto-Lei n.º 216/80, de 9 de Julho, da alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 513-M1/79, de 27 de Dezembro, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 74/78, de 18 de Abril, e da Lei n.º 56/78, de 27 de Julho, os seguintes professores:

.....

Ilda da Conceição Figueira Saldanha, professora efectiva do 1.º Grupo da Escola Preparatória das Caldas da Rainha — a partir de 12 de Outubro de 1980 (registo T.C. 19174)

.....»

A Direcção dos Serviços de Educação e Cultura voltou oficial à Direcção dos Serviços de Finanças, em 20 de Julho de 1981, nos seguintes termos:

«Em tempo oportuno, o Liceu local pôs a esta Direcção de Serviços a seguinte questão:

A lic. Ilda da Conceição Figueira Saldanha apresentou-se em Macau, para prestação de serviço, com o tempo de professora do ensino particular contado, ao abrigo do Decreto n.º 553/80, de 21 de Novembro.

Não tendo sido mandado aplicar a Macau tal Decreto considerava o Liceu que a professora não deveria ser contado o tempo de serviço no ensino particular, para efeitos de fases.

Consultada essa Direcção de Serviços, foi dada razão à interpretação do Liceu, com a alegação de que os «funcionários que se encontrem a prestar serviço neste Território devem sujeitar-se à legislação aqui em vigor». Com tal informação concordaram posteriormente os Serviços de Administração Civil.

Entendem, porém, estes Serviços que ao caso vertente não é de aplicar tal disposição, pois a professora, quando tomou posse, em Lisboa, tinha já contado como serviço docente oficial o seu tempo de serviço no ensino particular, como se verifica na sua folha de assentos e, como tal, não lhe poderá aqui ser retirada uma regalia de que já usufruía, antes da sua vinda para Macau.

Temos por inoportuna a dúvida do Liceu, que veio a provocar uma interpretação que nos parece errada, pelo que solicito a V. Ex.^a a revisão do assunto, pois uma questão será a sujeição dos funcionários às leis locais e outra os legítimos direitos adquiridos pelos funcionários que aqui vêm prestar serviço».

Em informações prestadas na sequência deste ofício, entendeu-se que a Direcção dos Serviços de Educação devia propor que fosse publicada medida legislativa semelhante ao Decreto-Lei n.º 553/80 e que a interessada deveria apresentar prova do seu tempo de serviço prestado, mediante a publicação no *Boletim Oficial* da sua contagem.

Emitiu-se depois parecer do seguinte teor:

«Concordo.

Julgo que a Direcção dos Serviços de Educação deverá providenciar no sentido de ser publicada legislação semelhante que permita que o tempo de serviço prestado pelos docentes no ensino particular possa vir a ser cá contado».

Em 4 de Agosto de 1981 despachou-se:

«Proceda de acordo com o parecer do Sr. Chefe da Repartição da C. Pública».

O que se acaba de referir foi comunicado à Direcção dos Serviços de Educação e Cultura que por sua vez oficiou ao Liceu Nacional Infante D. Henrique, em 14 de Agosto, nos seguintes termos:

«Agradeça a V. Ex.^a que leve ao conhecimento da lic. Ilda Saldanha o seguinte:

a) Para lhe ser contado o tempo de serviço prestado no ensino particular, para efeitos de mudança de fase, terá de ser promulgada legislação local que permita essa contagem.

b) Entretanto, e a fim de evitar o arrastamento do assunto, é parecer da Direcção dos Serviços de Finanças que a lic. Ilda Saldanha deverá apresentar prova do serviço prestado, mediante publicação da sua contagem do tempo de serviço no *Boletim Oficial* de Macau.

No entanto, esta Direcção de Serviços continua a enviar os melhores esforços no sentido de resolver a situação da professora em causa».

Sobre o ofício escreveu a ora recorrente:

«Tomei conhecimento».

Em ofício de 18 de Novembro de 1981, dirigido pelo Director dos Serviços de Educação ao Director dos Serviços de Finanças dizia-se que, em aditamento ao de 20 de Julho do mesmo ano, se enviava fotocópia de uma comunicação da Reitoria do Liceu Nacional Infante D. Henrique, relativo ao tempo de serviço da recorrente, chamando-se a atenção para os 2.º e 3.º.

Conclua-se no mesmo ofício:

«Nestes termos, solicito de novo os bons ofícios de V. Ex.^a, no sentido de o assunto em causa ser revisto urgente e favoravelmente, de modo a eliminar-se uma situação que se nos afigura

injusta e está causando contratempos e elevado prejuízo material à interessada».

Na referida comunicação afirmava-se:

«1. A lic. Ilda Saldanha foi nomeada para prestar serviço como professora do 10.º Grupo B, no Liceu N. I. D. Henrique (B. O. de Macau, n.º 44, de 1.11.80).

2. Do registo biográfico entregue à data da sua chegada a este território consta todo o serviço prestado e que, nos termos legais, é contado para efeitos de diuturnidades, fases e aposentação.

2.1. Assim é que lhe foi concedida a terceira diuturnidade a partir de 21-11-1980, data anterior à sua tomada de posse no Gabinete de Macau.

2.2. Em 13-5-81 deu entrada neste Liceu o ofício n.º 426, Proc.º 4, L.º 10, de 5/5/81, da Escola Preparatória de Rafael Bordalo Pinheiro, comunicando a publicação da concessão da 3.ª fase, no *Diário da República* n.º 96, II Série, de 27/4/81.

3. Salvo melhor opinião, crê-se que os documentos legais apresentados pelos professores à data da sua chegada a este território são a base única em que deve assentar toda a sua vida administrativa, evitando desse modo quer prejuízo em relação a direitos adquiridos anteriormente a qualquer compromisso com o território de Macau, quer vantagens indevidas.

4. É, assim, opinião desta Reitoria que, perante os documentos apresentados pela professora em causa, o tempo a contar é o que consta do seu registo biográfico, ou seja, 15 anos de serviço, à semelhança do que acontece com todos os restantes professores.

5. Como a situação já se arrasta há meses sem que sobre ela tenha sido tomada uma decisão, que não acarrete prejuízos para a professora, solicita-se a V. Ex.^a se digne mandar proceder à revisão desta situação anómala que permita repor uma situação de direito sem entraves burocráticos atentatórios de direitos legalmente adquiridos e que, de maneira nenhuma, podem ficar sujeitos a quaisquer condicionalismos *ad hoc*.

6. Acresce, aliás, que outros professores estão já ou poderão vir ainda a ser igualmente prejudicados pelo levantar deste tipo de objecções em relação a direitos adquiridos no normal desempenho das suas funções profissionais».

Com referência ao pedido feito pela Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, foi feita informação onde se concluiu ser de manter o anteriormente informado.

Na sequência de parecer nesse mesmo sentido, despachou-se em 27 de Novembro de 1981:

«Concordo com as informações».

Sobre esta informação foi em 21 de Dezembro seguinte dado o parecer, onde se disse:

«Visto.

Pela nota n.º 376, de 21 do corrente, remeteu a estes Serviços a Direcção dos Serviços de Educação e Cultura várias fotocópias de documentos respeitantes à interessada.

Compulsando tais documentos se verifica que a professora Ilda Saldanha já possui a 3.ª diuturnidade respeitante a 15 anos e 52 dias de serviço, incluindo o tempo de serviço prestado no Ensino Particular, *legalmente contados*.

Tratando-se segundo julgo dum direito já adquirido parece-me que o Liceu não deveria ter suscitado o problema porquanto não se refere a um caso de contagem *nesse Território* de qualquer tipo de serviço prestado no Ensino Particular.

Nestes termos, submeto o assunto à superior consideração de V. Ex.^a».

A seguir escreveu-se:

«Senhor Governador de Macau

Excelência:

Tem-se gerado alguma controvérsia à volta da contagem do tempo de serviço da L.^a D. Ilda Saldanha, que agora parece mais aclarada, com a entrega de novos elementos.

Apesar disso, julgo de obter opinião do consultor jurídico de V. Ex.^a».

Em 13 de Janeiro de 1982 despachou o Governador de Macau:

«Ao Exmo. Procurador-Geral-Adjunto, a quem solicito a emissão de parecer sobre esta questão».

No que foi emitido, o de fls. 8 e seguintes, que se dá por reproduzido, concluiu-se:

«1) São distintos e com autonomia relativa, os ornamentos jurídicos vigentes em Portugal e Macau;

2) As disposições legais vigentes em Portugal só produzirão efeitos em Macau depois de publicadas no *Boletim Oficial* do Território;

3) Os direitos adquiridos perante um dos ordenamentos só será relevante, perante o outro, se e na medida em que este o reconhecer;

4) O Decreto-Lei n.º 553/80, de 20 de Novembro, não foi tornado extensivo ao Território pelo que não produz efeitos em Macau;

5) Um docente dos quadros do Ministério da Educação e Ciência de Portugal que exerça funções no Território, em comissão ordinária de serviço, ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau, terá a categoria correspondente ao lugar que exercer em comissão;

6) A categoria referida na conclusão anterior será a determinada de acordo com a lei vigente no Território;

7) O n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M, de 17 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 10/80/M, de 30 de Agosto, manda atender, para efeitos de graduação do docente na fase que lhe corresponda, ao tempo de serviço efectivamente prestado em qualquer estabelecimento de ensino oficial;

8) É de se computar para determinação da fase do docente referido na conclusão 4.ª, o tempo de serviço prestado, quer nos estabelecimentos do ensino oficial do Território, quer nos de Portugal;

9) Não é porém possível, perante a legislação vigente no Território, considerar-lhe, para o feito referido na cláusula anterior, o tempo de serviço prestado em estabelecimento de ensino particular em Portugal, não obstante esse tempo ter-lhes sido reconhecido para efeito idêntico, pelos Serviços do Ministério da Educação e Ciência;

10) A competência para produzir, em Macau, providência legislativa a atribuir relevância ao tempo de ensino em estabelecimento particular em Portugal para efeito de graduação das fases a que se refere o artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M, de 17 de Fevereiro, (na redacção da Lei n.º 10/80/M, de 30 de Agosto) pertence exclusivamente à Assembleia Legislativa do Território, por alterar o regime, actualmente vigente, das referidas leis».

Sobre o parecer despachou o Governador de Macau em 15 de Fevereiro de 1982:

«Homologo este duto parecer, decidindo a questão em apreço pela forma constante do n.º 9 das suas «conclusões».

Em 15 de Julho daquele ano o Governador de Macau proferiu o seguinte despacho:

«Ao Ex.^{mo} Dr. Procurador-Geral Adjunto para emissão de parecer sobre a questão em aberto (contagem do tempo de serviço para efeito de *diuturnidades*) que não foi especificamente tratada no Parecer 5/82.

.....».

Na sequência deste despacho foi emitido o parecer de folhas de 160 e seguintes, que aqui se dá por reproduzido, despachando, sobre ele, o Governador de Macau, em 4 de Outubro de 1982:

«Homologo este parecer, nomeadamente a conclusão constante da alínea *h*) do seu número 11.

.....».

Naquela alínea *h*) dizia-se:

«Desta sorte e para tal efeito, quanto aos docentes dos quadros metropolitanos em comissão ou contrato de prestação de serviço, deverá atender-se ao tempo do serviço a contar para a aposentação nos termos da lei vigente em Portugal»;

3. Posta, assim, a matéria de facto que se lhe reputa com interesse para a apreciação das várias questões suscitadas no recurso, cabe, antes do mais, referir que, na medida em que a matéria respeitante a *diuturnidades*, como resulta do atrás relatado, não foi apreciada no parecer sobre que recaiu o despacho recorrido, o de 15 de Fevereiro de 1982, mas sim naquele sobre que recaiu o de 4 de Outubro do mesmo ano, a apreciação de tais questões apenas terá lugar no âmbito daquele despacho.

4. Entende o Ex.^{mo} Magistrado do Ministério Público, como se referiu, que o recurso deve ser rejeitado, por manifesta ilegalidade da sua interposição, por o despacho impugnado assumir a natureza de acto meramente opinativo e como tal contenciosamente inimpugnável.

E tal despacho, segundo ele, recaiu sobre o Parecer n.º 5/82, da Procuradoria da República de Macau, que se destinou a resolver dúvidas suscitadas entre vários sectores dos Serviços de Macau, imprimindo apenas uma orientação para se decidir a questão do tempo de serviço a considerar à recorrente.

Só o acto administrativo surgido em cumprimento do despacho recorrido releva como decisão final concreta, da competência do órgão administrativo, vocacionado para tomar essa decisão.

Resolver esta questão implica apurar qual tenha sido a vontade do autor do despacho recorrido, isto é, interpretá-la através dos termos em que se expressou, do tipo legal do acto e das circunstâncias em que manifestou.

É exacto que, como salienta o referido Magistrado, o acto em causa surgiu na sequência de dúvidas suscitadas entre vários sectores de serviços de Macau, mas essas dúvidas punham-se relativamente ao caso concreto, a contagem do tempo de serviço prestado pela recorrente no ensino particular, para efeito de fases.

O acesso a estas fazia-se, em Macau, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M, de 17 de Fevereiro, por força do n.º 1 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 27-F/79/M, de 28

de Setembro, artigo aquele que, na redacção da Lei n.º 10/80/M, de 30 de Agosto, dispunha:

«1. A docência nos vários graus compreende quatro fases, correspondentes ao tempo de serviço efectivamente prestado em qualquer estabelecimento de ensino oficial, integrando-se nelas o pessoal docente não eventual, respectivamente com menos de 5 anos (fase 1), com 5 anos completos (fase 2), com 10 anos completos (fase 3) e com 15 anos completos (fase 4).

2.»

O vencimento do pessoal docente era o que correspondia a cada uma das fases, como se alcança, quer do mapa anexo à Lei n.º 3/79/M, quer do seu artigo 5.º

Daí que dependesse da fase atribuída à recorrente o vencimento a que tinha direito.

Segundo o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 27-G/79/M, de 28 de Setembro, que criou a Direcção dos Serviços de Finanças de Macau, «sector da administração pública que, sob a superintendência do Governador, orienta, coordena e fiscaliza a actividade financeira do Território»:

«Compete ao Serviço de Despesas Públicas:

Informar sobre vencimentos, passagens e outros abonos respeitantes a situações dentro e fora do Território;

Informar sobre as petições e propostas que envolvam encargos a suportar pelo Orçamento Geral do Território;

Informar e preparar o expediente relativo a assuntos com matéria contenciosa sobre despesas, recorrendo caso se revele necessário ao Gabinete de Estudos;

.»

Ora, suscitando-se, na hipótese, dúvidas quanto à fase a atribuir à recorrente, com as consequências apontadas, a Direcção dos Serviços do Ensino e Cultura de Macau solicitou parecer à Direcção dos Serviços de Finanças que acabou por opinar no sentido de ser ouvido o consultor jurídico do Governador, o que este determinou, despachando, face ao parecer por ele emitido, recorda-se:

«Homologo este douto parecer, decidindo a questão em apreço pela forma constante do n.º 9 das suas «conclusões».

Não obstante se poder dizer que o uso da palavra «Homologo», sobre parecer do consultor jurídico, significa a concordância com o nele preconizado, no aspecto jurídico, que passará constituir interpretação oficial perante os respectivos serviços das matérias que se destinou a esclarecer, o certo é que, como já se salientou, o parecer foi emitido face a dúvidas surgidas quanto a uma questão relativa a um caso concreto, que as expressões utilizadas depois daquela palavra levam ao entendimento ter-se querido resolver.

Com efeito, ao dizer-se que se decide a questão em apreço tendo em conta a conclusão n.º 9 do parecer, isto é, de que não era possível face à legislação vigente naquele em Macau, considerar o tempo prestado em estabelecimento de ensino particular em Portugal, não pode deixar de significar que se quis decidir relativamente à recorrente, definindo a sua situação de acordo com a orientação preconizada no parecer.

Mesmo neste contexto nada impede, até, que se atribua ao despacho recorrido, também, o primeiro dos atrás referidos entendimentos, isto é, que com ele não só tenha querido fixar orientação, a seguir, como também resolver, de acordo com essa orientação, o caso da recorrente.

É que, propondo-se no parecer solução jurídica para uma situação, face a um caso concreto e perfeitamente individualizado, que a integra, o recorrido, além de aceitar essa solução, quis também decidir, de harmonia com ele, a questão que originou o parecer.

Por outro lado, mesmo nos dois referidos aspectos é de presumir que ele se não tenha querido afastar dos tipos legais dos correspondentes actos, pretendendo obter os resultados que normalmente deles decorrem.

Quanto ao primeiro, considerando que se trata de parecer do Gabinete de Consulta Jurídica do Governador de Macau (cf. n.º 3 da Lei n.º 1/76, de 17 de Fevereiro), com funções equivalentes às das Auditorias Jurídicas dos Ministérios, é de supor que, conforme já se referiu, se tenha querido aceitar as soluções de ordem jurídica nele propostas.

Mas, superintendendo o Governador, como também se referiu, na Direcção dos Serviços de Finanças, é de conjecturar, também, que ele quis resolver a questão que determinou o parecer, no âmbito da sua competência.

Daí que se não possa dizer que, atentas as circunstâncias em que o despacho foi proferido, apenas se tenha querido esclarecer dúvidas no âmbito dos serviços.

Dir-se-á, finalmente, que tendo em conta o n.º 4 do Ofício-Circular do Gabinete do Governador de Macau, a folhas 114, reforçada fica a conclusão a que se chegou de que, com o despacho impugnado, se quis definir a situação da recorrente.

Nele se diz:

«4. Nestes termos, deverão os diferentes Serviços Públicos do Território, no seu próprio âmbito, procurar esclarecimento suficiente das questões a submeter à apreciação superior, evitando o recurso frequente à proposta de obtenção de parecer do Gabinete de Consulta Jurídica, deixando a consideração sobre a conveniência de tal procedimento a instância competente para a decisão».

Ora, na hipótese perante opinião dos Serviços de Finanças de que deveria ser ouvido o consultor jurídico, foi o Governador quem lhe solicitou parecer sobre a questão, o que, tendo em conta a orientação estabelecida, terá tido lugar por quem se arrogou de competência para a decidir, o que aliás não foi posto em causa.

Por tudo o que se deixa exposto, há pois que concluir que improcede a questão suscitada pelo Ex.º Magistrado do Ministério Público, uma vez que a recorrente impugna o despacho do Governador de Macau, na medida em que definiu a sua situação, sendo certo que cabe a este Tribunal conhecer do recurso, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 18.º da Lei n.º 1/76.

5. Posto isto vejamos então se ele está ou não inquinado do arguido vício de violação de lei, ao decidir que não era de atender, para efeito de atribuição de fases, em Macau, ao tempo prestado pela recorrente no ensino particular.

Como se averiguou em matéria de facto, ela foi nomeada, nos termos do n.º 1 do artigo 69.º daquela Lei, para prestar serviço como professora do 10.º Grupo B, do Ensino Secundário do quadro técnico, Grupo I, docentes, do Ensino Oficial, Preparatório e Secundário da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura «indo ocupar um dos lugares criados pelo Decreto-Lei n.º 27-F/79/M, de 28 de Setembro, ainda não provido», «por um ano renovável».

Foi, assim, provida em lugar do quadro, para o exercício das respectivas funções, como carácter transitório, como permite a disposição legal ao abrigo do qual foi nomeada.

Face à tal situação pode dizer-se que a nomeação teve lugar em comissão ordinária de serviço, o que aliás se fez constar do respectivo termo de posse (cf. folhas 25).

Por outro lado, o Território de Macau deixou de fazer parte de Portugal e rege-se por estatuto adequado à sua situação especial (cf. artigo 5.º da Constituição), a já citada Lei n.º 1/76, que assume a natureza de lei constitucional (cf. n.º 1 do artigo 306.º da Constituição, antes da revisão, e n.º 1 do artigo 296.º da actual), gozando de autonomia administrativa, económica e legislativa (cf. artigo 2.º daquela Lei).

Mais, os serviços públicos de Macau são organismos privados do Território (cf. artigo 67.º da mesma Lei).

Dá que, tendo a recorrente sido nomeada como docente para lugar do quadro técnico da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura desse Território, nele tenha ingressado (cf. artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 27-F/79/M, tendo passado a estar sujeita ao regime jurídico nele vigente para os professores do Ensino Oficial, Preparatório e Secundário, isto sem prejuízo de, para todos os efeitos legais, se contar como efectivo no seu quadro e categoria o tempo de serviço prestado na situação a que passou a estar (cf. n.º 1 do artigo 69.º, ao abrigo do qual a recorrente foi nomeada).

Ora, segundo a regra 1.ª do artigo 77.º do Decreto-Lei atrás referido, o acesso às diferentes fases do pessoal docente do quadro técnico faz-se de acordo com o disposto nos artigos 1.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 3/79/M, de 17 de Fevereiro.

Como resulta deste último, quer na sua redacção inicial, quer na que lhe foi dada pela Lei n.º 10/80/M, de 30 de Agosto, a «docência dos vários graus compreende quatro fases correspondentes ao tempo de serviço efectivamente prestado em qualquer estabelecimento do ensino oficial».

Só a este tempo se pode atender para tal fim, no Território de Macau.

É certo que em Portugal, dando cumprimento ao disposto no artigo 17.º da Lei n.º 9/79, de 19 de Março, foi publicado o Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, que passou a constituir o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, e que passou a reger, nos termos daquela Lei, o exercício da actividade dos estabelecimentos do ensino particular (cf. artigo 1.º, que veio a permitir, no n.º 1 do seu artigo 72.º, que fosse contado, para obtenção de fases, aos docentes que transitassem para o ensino público, o tempo prestado no ensino particular).

Porém, tal diploma não contém a menção de que devia ser publicado no *Boletim Oficial* de Macau, pelo que se não destinou a ser aplicado neste Território (cf. n.º 1 do artigo 72.º da Lei n.º 1/76), o que aliás se compreende, na medida em que contém normas que vieram regulamentar o ensino particular em Portugal, como se alcança do artigo 104.º daquele Decreto-Lei, onde se dispõe que ele pode ser aplicado nas Regiões Autónomas, por decreto do respectivo governo regional.

Entende, porém, a recorrente que só é possível uma interpretação coerente do falado artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M, se tiver em conta o disposto no artigo 8.º e n.º 3 do artigo 36.º da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho.

Diz-se no primeiro:

«1. Na atribuição de diuturnidades é levado em conta todo o tempo de serviço que por lei deva ser considerado para efeitos de aposentação, exceptuados o aumento referido no n.º 4.º do artigo 36.º e demais percentagens concedidas pela legislação vigente ou que venha a ser publicada.

2. Para a segunda diuturnidade e seguintes, a contagem do tempo de serviço faz-se a partir do dia em que foi adquirido o direito à diuturnidade imediatamente anterior».

Porém, deste preceito não é possível extrair as consequências pretendidas, pois que, mesmo quanto aos docentes em serviço em Portugal, conforme o disposto no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 553/80, a contagem do tempo de serviço, para efeitos de aposentação, obedecerá às normas a definir em portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Plano, da Educação e Ciência, dos Assuntos Sociais e do membro do Governo que tiver a seu cargo a função pública, o que ainda não tivera lugar à data do despacho recorrido, como se alcança de folhas 157.

Por outro lado, face ao n.º 1 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 553/80, a contagem do tempo de serviço para efeitos de diuturnidades não depende dele ser ou não contado para efeitos de aposentação, no que se refere ao prestado no ensino particular.

Mas, mesmo a que venha a estabelecer que ao tempo prestado no ensino particular se terá de atender para efeitos de aposentação, assim mais se não fará do que adoptar o mesmo critério que já se seguiu ao considerá-lo para efeito de diuturnidade.

Dá que se não possa dizer que, pelo facto da lei em vigor em Macau, mandar atender, para este fim, ao tempo de serviço considerado por lei para efeitos de aposentação, se deva ter em conta o prestado no ensino particular, como pretende a recorrente.

Sustenta esta também que, mandando o n.º 3 do artigo 36.º da Lei n.º 7/81/M, contar para a aposentação o tempo prestado em Portugal, neste se inclui o prestado pelos professores no ensino particular.

Mas, como já salientou, à data do despacho decorrido ainda não tinha sido publicada a portaria prevista no n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 553/80, que devia regular esta matéria.

Do exposto é pois de concluir que da interpretação que comportam os preceitos que se acabam de considerar, se não pode extrair que se tenha dado relevo, face ao sistema legislativo vigente, para os fins previstos, ao tempo de serviço prestado pelos docentes no ensino particular, o que prejudica a ilação que deles a recorrente pretendeu retirar.

Argumenta-se também no sentido de que a aceitação do funcionário terá que ser feita tendo em conta a sua qualificação face às leis portuguesas.

Segundo já citado artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 27-F/79/M, o ingresso de pessoal docente do quadro técnico faz-se por nomeação, na hipótese, de acordo ao artigo 1.º da Lei n.º 3/79/M, que dispõe:

«1. Só podem ingressar nos quadros do Ensino Oficial, Preparatório e Secundário, os professores profissionalizados, integrando-se no escalão correspondente do mapa anexo a esta lei.

2. Considera-se profissionalizado o pessoal docente que preencher todos os requisitos de formação pedagógica e quaisquer outros reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura como necessários e suficientes para o ingresso no quadro do respectivo grau ou ramo do ensino».

Daí que para a nomeação apenas seja de ter em conta a verificação dos requisitos assim estabelecidos. Ingressando o docente, por este meio, no respectivo quadro, passará ele a estar sujeito ao Estatuto em vigor no respectivo Território.

Ora, para atribuição de fases, a lei aí vigente apenas manda atender ao serviço prestado no ensino oficial, sendo certo que tal atribuição depende de requerimento do interessado, como resulta do artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M.

Neste aspecto poder-se-á ainda dizer que muito embora tenha sido atribuída à recorrente, em Portugal, a 3.ª fase, com efeitos que se reportam a data anterior à da posse, na respectiva publicação diz-se que a integração nessa fase teve lugar nos termos de diplomas que inculcam ter-se apenas atendido ao tempo prestado no ensino oficial.

Com efeito, aí invocam-se, a alínea h) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 513-M/79, de 27 de Dezembro, que manda atender ao tempo prestado no ensino oficial, como já sucedia no domínio do Decreto-Lei n.º 290/75, de 14 de Junho, alargado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 216/80, de 9 de Julho, referido na publicação, o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 74/78, de 18 de Abril, que dispõe que a contagem do tempo de serviço prestado anteriormente a 7 de Maio de 1976 é feita com base na legislação então em vigor que produz os efeitos dela decorrentes, e da Lei n.º 56/78, de 27 de Julho, que ratificou o diploma atrás citado.

Daí que se possa pensar que se não tenha atendido, por desnecessário, para a concessão da referida fase, ao tempo prestado no ensino particular, o que se verificou anteriormente a 1976 (cf. folhas 24).

Em suma, não se pode dizer que o despacho recorrido, como a recorrente pretendia, tenha violado o artigo 6.º da Lei n.º 3/79/M, nomeadamente por os artigos 8.º e n.º 3 do artigo 36.º da Lei n.º 7/81/M não comportarem a interpretação que lhes atribui.

E sendo assim, não se pode também dizer que ele esteja inquinado pelo arguido vício de violação de lei.

6. Consequentemente e pelos fundamentos deduzidos, acordam em negar provimento ao recurso.

Custas pela recorrente, com o imposto de justiça e procuradoria que fixam em oito mil e quatro mil escudos.

Rasurou-se: «onde se», «pronuncia-se», «Março», «Edu-», «voltou a», «Em», «Finanças», «mesmo», «ser de», «solicita a emissão», «lei vigente», «cabe», «do atrás relatado», «significa», «o certo é que», «utilizadas», «fixar aí orientação», «lhes solicitou», «definira», «a aposentação» e «L. 7/81/M» e entrelinhou-se: «a terceira diuturnidade», «sobre a», «a contagem» e «do Ensino».

Lisboa, 20 de Outubro de 1983. — Assinados: *Inácio Alfredo da Fonseca Fernandes* — *Francisco José Miranda Duarte* — *Alberto Manuel de Sequeira Leal Sampaio da Noboa*.

Fui presente: *Acácio Dimas de Lacerda*.

Repartição do Gabinete, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Chefe do Gabinete, *Manuel Mário de Seixas Serra*, capitão-de-mar-guerra.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E FUNÇÃO PÚBLICA

Extractos de despachos

Por despacho de 25 de Outubro de 1983, devidamente visado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

António Borges Eusébio dos Santos, 4.º classificado no respectivo concurso — nomeado, provisoriamente, para o cargo de escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe do quadro de secretaria do Serviço de Administração e Função Pública, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, conjugado com a Lei n.º 20/78/M, de 26 de Agosto, na vaga resultante da promoção do titular do lugar, Joaquim Jorge de Oliveira da Costa, a escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe dos mesmos quadro e Serviço. (É devido o emolumento de \$16,00).

Por despacho de 4 de Novembro de 1983, devidamente anotado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

Lam Chôi Vá, aliás Maria Vitória Lam, escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe do quadro de secretaria do Serviço de Administração e Função Pública, interino — exonerada, a seu pedido, do referido cargo, a partir da data em que tomar posse do lugar de escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe dos mesmos quadro e Serviço.

Serviço de Administração e Função Pública, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Chefe do Serviço, substituto, *José Pereira Leonardo*, adjunto de administrador de concelho.

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Extracto de despacho

Por despacho de 11 de Novembro de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

Isabel Maria Cordeiro, escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe do quadro administrativo da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura — reconduzida por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 2 de Janeiro de 1984.

Declaração

Declara-se, para os devidos efeitos, que a Junta de Saúde, em sua sessão ordinária de 24 de Novembro de 1983, emitiu o seguinte parecer, devidamente homologado em 29 de Novembro de 1983, respeitante à professora eventual do 12.º grupo D do Ensino Secundário da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, Dulce Maria Crespo Matias Gorjão Rodrigues:

«Necessita de mais trinta dias de licença de Junta de Saúde para continuação do tratamento e repouso».

Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, *Manuel Coelho da Silva*.

SERVIÇOS DE SAÚDE**Extractos de despachos**

Por despacho de 20 de Outubro de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 22 de Novembro de 1983:

Noémia Maria de Fátima Lameiras, segundo-oficial do quadro administrativo da Direcção dos Serviços de Saúde de Macau — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, a partir de 3 de Agosto de 1983.

(É devido o emolumento, na importância de \$24,00).

Por despacho de 20 de Outubro de 1983, anotado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

Maria Beatriz Fontes Serzedelo Dinis de Arco Vieira, farmacêutica de 1.ª classe do quadro farmacêutico da Direcção dos Serviços de Saúde de Macau — reconduzida no referido cargo, por mais três anos, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, a partir de 20 de Março de 1976.

Por despacho de 20 de Outubro de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

Maria Beatriz Fontes Serzedelo Dinis de Arco Vieira, farmacêutica de 1.ª classe do quadro farmacêutico da Direcção dos Serviços de Saúde de Macau — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, a partir de 20 de Março de 1979.

(É devido o emolumento, na importância de \$40,00).

Por despacho de 27 de Outubro de 1983, anotado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

Natália Bañares de Assunção Lam, escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe do quadro administrativo da Direcção dos Serviços de Saúde de Macau — reconduzida no referido cargo, por mais três anos, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, com efeito a partir de 31 de Janeiro de 1983.

Por despacho de 3 de Novembro de 1983, anotado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

Elisa Maria Gonçalves Pedro, segundo-oficial do quadro administrativo da Direcção dos Serviços de Saúde de Macau — concedida, ao abrigo do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, licença registada, com efeito a partir de 7 de Novembro de 1983, por um período de 6 meses.

Declarações

Para os devidos efeitos se declara que o administrador hospitalar destes Serviços, Dr. Rui Eduardo Bastos de Lacerda, assumiu, em 31 de Outubro, por substituição, as funções de chefe da Repartição de Administração, Contabilidade e Património desta Direcção, ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 18.º da Lei n.º 4/79/M, de 10 de Março, enquanto o lugar não for provido efectivamente.

— Para os devidos efeitos se declara que a Junta de Saúde de Revisão, em sua sessão ordinária de 21 de Novembro de 1983, emitiu o seguinte parecer, homologado em 28 do mesmo mês e ano, respeitante ao terceiro-oficial, eventual, destes Serviços, Maria Alsira dos Santos Rodrigues:

«Necessita de continuar o tratamento em clínica especializada dos Serviços de Saúde em Hong Kong, por indicação do seu médico assistente, no dia 28 de Novembro de 1983».

— Para os devidos efeitos se declara que a Junta de Saúde, em sua sessão ordinária de 2 de Dezembro de 1983, emitiu os seguintes pareceres, homologados em 2 do mesmo mês e ano, respeitantes ao seguinte pessoal destes Serviços:

Amadeu dos Santos Lei Xete, chefe de secção do quadro administrativo:

«Necessita de trinta dias de licença de Junta de Saúde para tratamento e repouso».

Rosalina de Almeida Silva, terceiro-oficial do quadro administrativo:

«Necessita de trinta dias de licença de Junta de Saúde para tratamento e repouso».

Telma Fátima Sales Pereira Basílio, escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe do quadro administrativo:

«Necessita de mais trinta dias de licença de Junta de Saúde para tratamento e repouso».

Direcção dos Serviços de Saúde, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, substituto, *Acácio Ramos*, médico.

SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA**Extracto de despacho**

Por despacho de 17 de Novembro de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 7 de Dezembro do mesmo ano:

Maria Rosalina de Castro Nunes, licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e assistente do mesmo Instituto — contratada, nos termos dos artigos 45.º, alínea c) e 48.º, ambos do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, tendo em atenção o disposto no n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau, para prestação de serviços na área da sua formação com vista à realização dos seguintes trabalhos: análise das diferentes metodologias aconselhadas pelos organismos internacionais (ONU, OCDE, etc.) propondo a adopção da considerada mais adequada e respectivas adaptações; estudo das necessidades de normalização de conceitos, nomenclatura e ficheiros que permitam enquadrar o desenvolvimento da produção estatística de base no projecto de elaboração das contas económicas do Território; análise das implicações decorrentes da elaboração de contas económicas na produção das estatísticas sectoriais, nomeadamente através da colaboração na elaboração do plano de

desenvolvimento da produção estatística de base, e respectiva fixação de prioridades e calendários; colaboração, no quadro da estrutura orgânica do Serviço, na definição dos recursos a afectar ao projecto e, bem assim, da articulação entre os diferentes sectores que melhor se adapte às necessidades decorrentes da elaboração das contas económicas; pesquisa, aproveitamento e organização de fontes informativas diversas da produção estatística tradicional e que contribuam para um melhor conhecimento da realidade económica do Território e, nessa medida, permitam sucessivos aperfeiçoamentos no sistema de elaboração das contas económicas e na produção das estatísticas de base.

(É devido emolumento ao Tribunal Administrativo, na importância de \$ 24,00).

Declaração

Declara-se que a Junta de Saúde, em sua sessão ordinária de 2 de Dezembro de 1983, emitiu o seguinte parecer, homologado em 3 do mesmo mês e ano, respeitante a Alberto Madeira Noronha, técnico estatístico do quadro técnico da Repartição dos Serviços de Estatística:

«Necessita de mais 30 dias de licença de Junta de Saúde para tratamento e repouso».

Repartição dos Serviços de Estatística, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Chefe dos Serviços, *Pedro Jorge Nunes da Silva Dias*.

SERVIÇOS DE FINANÇAS

Extractos de despachos

Por despachos de 26 de Outubro de 1983, visados pelo Tribunal Administrativo em 15 de Novembro de 1983:

Alberto Lau, guarda de 2.ª classe n.º 85/62, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau, aguardando aposentação — aposentado com a seguinte pensão anual:

Pensão anual de Pts: \$23 592,00, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 38.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39.º, ambos da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, correspondente a 29 anos de serviço prestado ao Estado, tendo em consideração o vencimento de categoria mensal de Pts: \$2 160,00, atribuído ao grupo «S», a que se refere o § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, segundo a tabela de vencimentos n.º 6 anexa à Lei n.º 7/81/M, alterada pelo artigo 1.º da Lei n.º 12/82/M, de 27 de Novembro, acrescido de 4 diuturnidades na importância de Pts: \$400,00, ao abrigo do artigo 11.º da citada Lei n.º 7/81/M.

O encargo desta pensão pertence a este território.

(O emolumento devido, na importância de \$16,00, é pago por desconto na primeira folha de pensão).

António Francisco Gonilho, guarda de 2.ª classe n.º 570/54, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau, aguardando

aposentação — aposentado com a seguinte pensão anual:

Pensão anual de Pts: \$31 920,00, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 38.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º, ambos da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, correspondente a 40 anos de serviço prestado ao Estado, tendo em consideração o vencimento de categoria mensal de Pts: \$2 160,00, atribuído ao grupo «S», a que se refere o § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, segundo a tabela de vencimentos n.º 6 anexa à Lei n.º 7/81/M, substituída pelo artigo 1.º da Lei n.º 12/82/M, de 27 de Novembro, e acrescido de 5 diuturnidades na importância de \$500,00 mensais, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho.

O encargo desta pensão será suportado pelos orçamentos gerais do Estado e do Território, nas proporções de 11/1000 e de 989/1000, a que correspondem, respectivamente, 6 meses e 17 dias e 47 anos, 4 meses e 8 dias.

(O emolumento devido, na importância de \$16,00, é pago por desconto na primeira folha de pensão).

De 21 de Novembro de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro do mesmo ano:

Ângelo Sebastião da Silva Rodrigues, chefe de secção do quadro administrativo dos Serviços de Finanças de Macau, com mais de 3 anos de bom e efectivo serviço no referido cargo — nomeado, nos termos dos artigos 63.º a 66.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, para exercer, interinamente, o cargo de técnico de 2.ª classe dos mesmos Serviços, na vaga resultante da nomeação interina do proprietário do lugar, António Augusto Carion, para técnico de 1.ª classe, efectuada por despacho de 14 de Março de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 17 de Março de 1983 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 12/83. (É devido o emolumento de \$24,00).

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que, tendo saído incorrecta a Portaria n.º 195/83/M, de 26 de Novembro, publicada no *Boletim Oficial* n.º 48, da mesma data, assim se rectifica:

onde se lê:

CAPÍTULO 20.º

Gabinete de Comunicação Social

Despesas correntes:

Artigo 485.º — Despesas gerais de funcionamento:

3) Outros bens não duradouros \$ 50 000,00
deve ler-se:

CAPÍTULO 20.º

Gabinete de Comunicação Social

Despesas correntes:

Artigo 485.º — Despesas gerais de funcionamento:

3) Publicidade e propaganda \$ 50 000,00

Direcção dos Serviços de Finanças, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, *Eduardo Joaquim Graça Ribeiro*.

SERVIÇOS DE CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

Declarações

Para os devidos efeitos se declara que o chefe de serviço de exploração de 1.ª classe do quadro de exploração, Frederico Jesus dos Passos dos Remédios, exercendo, em comissão ordinária de serviço, o cargo de chefe da Repartição Administrativa e Financeira, assumiu, por substituição, as funções de director dos Serviços de Correios e Telecomunicações de Macau, no período de 17 a 30 de Novembro de 1983, durante o impedimento do titular do lugar, nos termos do n.º 1 do artigo 110.º do Decreto-Lei n.º 27-A/79/M, de 26 de Setembro.

— Para os devidos efeitos se declara que o engenheiro-técnico de 1.ª classe do quadro técnico destes Serviços, José António Augusto de Jesus Rodrigues, deixa de exercer por substituição, as funções de chefe da Repartição dos Serviços Radioeléctricos e Industriais dos mesmos Serviços, a partir de 30 de Novembro de 1983, em virtude do titular do lugar, Carlos Alberto Roldão Lopes, ter reassumido as suas funções, nessa data.

Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, *Luis F. F. Simões*.

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS DA COMARCA DE MACAU

Extractos de despachos

Por despachos de 14 de Setembro de 1983, visados pelo Tribunal Administrativo em 25 de Outubro de 1983:

Reinaldo Augusto Gracias, escriturário de registo de 2.ª classe da Conservatória dos Registos de Macau — reconduzido no referido cargo, por mais três anos, a contar de 8 de Outubro de 1981, ao abrigo do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor.

Danilo Gentil do C. C. Antunes, escriturário de registo de 2.ª classe da Conservatória dos Registos de Macau — reconduzido no referido cargo, por mais três anos, a contar de 8 de Outubro de 1981, ao abrigo do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor.

Carlos Rios Couto, escriturário de registo de 2.ª classe da Conservatória dos Registos de Macau — reconduzido no referido cargo, por mais três anos, a contar de 8 de Outubro de 1981, ao abrigo do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor.

Conservatória dos Registos da Comarca, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Conservador, *José Martins Sequeira e Serpa*.

SERVIÇOS DE ECONOMIA

Extracto de despacho

Por despacho de 7 de Novembro de 1983, anotado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro do mesmo ano:

Maria Margarida de Pimentel Caldeira da Silva Cruz, chefe da Repartição de Promoção de Exportações do quadro de direcção e chefia da Direcção dos Serviços de Economia de Macau — exonerada do cargo para que havia sido nomeada por despacho de 31 de Março de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 11 de Maio do mesmo ano e publicado no *Boletim Oficial* n.º 20, de 14 de Maio de 1983, a partir de 8 de Novembro de 1983.

Direcção dos Serviços de Economia, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, *José Bernardino Marques Ferreira*, subdirector.

SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

Extracto de despacho

Por despacho de 3 de Outubro do corrente ano, anotado e visado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro do mesmo ano:

A Pao, pedreiro de 2.ª classe do quadro do pessoal assalariado da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Macau — desligado do serviço, para efeitos de aposentação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, a partir de 1 de Novembro de 1983, sendo-lhe fixada a seguinte pensão provisória anual:

Pensão provisória anual de Pts: \$30 000,00, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, conjugado com a alínea e) do n.º 1 do artigo 39.º da mesma lei, correspondente a 40 anos de serviço prestado ao Estado, de harmonia com a portaria de 10 de Agosto do ano em curso, publicada no *Boletim Oficial* n.º 33/83, tendo em consideração o vencimento de categoria mensal de \$2 000,00, atribuído ao grupo «T», a que se refere o § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, segundo a tabela n.º 6 anexa à Lei n.º 7/81/M, alterada pelo n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 12/82/M, de 27 de Novembro, acrescido de \$500,00 mensais, face à inclusão de cinco diuturnidades nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da mesma Lei n.º 7/81/M.

O encargo total desta pensão pertence a Macau.

(É devido o emolumento de \$16,00).

Declaração

Declara-se que a Junta de Saúde, em sessão de 2 de Dezembro do corrente ano, emitiu o seguinte parecer, homologado em 5 do mesmo mês e ano, respeitante a Joaquim Mendes Ma-

cedo de Loureiro, técnico de 1.ª classe do quadro do pessoal técnico desta Direcção:

«Necessita de ser observado em clínica especializada dos Serviços de Saúde de Hong Kong».

Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, *José Barreiros Cardoso*.

SERVIÇOS METEOROLÓGICOS E GEOFÍSICOS

Extractos de despachos

Por despachos de 15 de Novembro de 1983, visados pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro do mesmo ano:

Tam Chong Chi, observador-meteorológico adjunto do quadro técnico (Grupo II) da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — promovido, nos termos dos artigos 67.º e 68.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, conjugado com o artigo 32.º, n.º 1, alínea c), do Diploma Orgânico da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27-B/79/M, de 26 de Setembro, a observador-meteorológico do dos mesmos quadro e Serviços, indo ocupar um dos lugares criados pelo já citado Decreto-Lei n.º 27-B/79/M, de 26 de Setembro, e ainda não provida, ficando exonerado do cargo que actualmente desempenha a partir da data em que tomar posse do lugar para que é promovido.

António Viseu, observador-meteorológico adjunto do quadro técnico (Grupo II) da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — promovido, nos termos dos artigos 67.º e 68.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, conjugado com o artigo 32.º, n.º 1, alínea c), do Diploma Orgânico da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27-B/79/M, de 26 de Setembro, a observador-meteorológico dos mesmos quadro e Serviços, indo ocupar uma das vagas criadas pelo Decreto-Lei n.º 27-B/79/M, de 26 de Setembro, e ainda não provida, ficando exonerado do cargo que actualmente desempenha a partir da data em que tomar posse do lugar para que é promovido.

(É devido o emolumento de \$24,00, em cada um destes despachos).

Por despachos de 15 de Novembro de 1983, anotados pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro do mesmo ano:

Lurdes Maria Fong, observador-meteorológico adjunto do quadro técnico (Grupo II) da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — reconduzida, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 21 de Novembro de 1983.

Teresa da Conceição, observador-meteorológico adjunto do quadro técnico (Grupo II) da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — reconduzida, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 21 de Novembro de 1983.

Raimundo Viseu Bento, observador-meteorológico adjunto do quadro técnico (Grupo II) da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 21 de Novembro de 1983.

Francisco Xavier de Jesus Isidro, observador-meteorológico adjunto do quadro técnico (Grupo II) da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 21 de Novembro de 1983.

António Luís Cachinho, observador-meteorológico adjunto do quadro técnico (Grupo II) da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 21 de Novembro de 1983.

José Augusto, operador de telecomunicações meteorológicas do quadro técnico auxiliar da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 21 de Novembro de 1983.

Valentino Venâncio Velez da Rosa Xavier, operador de telecomunicações meteorológicas do quadro técnico auxiliar da Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos de Macau — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 21 de Novembro de 1983.

(Não são devidos selos ou emolumentos)

Repartição dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Chefe da Repartição, *Joaquim Baião Simões*, engenheiro-geógrafo.

SERVIÇOS DE TURISMO

Extracto de alvará

Por despacho de 17 de Fevereiro do corrente ano, foi Li Chan Fook autorizado a explorar um café de 3.ª classe, designado «Long Vá», sito na Rua João de Araújo, n.º 104, r/c.

(Custo desta publicação \$ 18,10)

Direcção dos Serviços de Turismo, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, *Joaquim Leonel Marinho de Bastos*.

INSPECÇÃO DOS CONTRATOS DE JOGOS**Extracto de despacho**

Por despacho de 10 de Novembro do corrente ano, anotado pelo Tribunal Administrativo em 23 de Novembro do mesmo ano:

Carlos Henrique de Sousa Gomes, fiscal de 3.ª classe, contratado, da Inspeção dos Contratos de Jogos — rescindido o contrato celebrado em 16 de Junho de 1980, e publicado por extracto no *Boletim Oficial* n.º 24/80, de 14 de Junho, a partir da data em que tomar posse do cargo de auxiliar-técnico de 3.ª classe do quadro do Arquivo Histórico de Macau.

Inspeção dos Contratos de Jogos, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Delegado do Governo junto da S. T. D. M., *Luis Filipe Ferreira Simões*.

SERVIÇOS DE MARINHA**Extractos de despachos**

Por despacho de 9 de Novembro do corrente ano, anotado pelo Tribunal Administrativo em 23 do mesmo mês e ano:

Carlos Alberto Au, servente de 2.ª classe n.º 83, do quadro do pessoal assalariado da Repartição dos Serviços de Marinha — exonerado do referido cargo, para que foi assalariado por despacho de 28 de Maio de 1981, visado pelo Tribunal Administrativo em 8 Junho de 1981, e publicado por extracto no *Boletim Oficial* n.º 24/81, a partir da data em que for assalariado marinho de 2.ª classe dos mesmos quadro e Serviços.

Por despachos de 9 de Novembro do corrente ano, visados pelo Tribunal Administrativo em 30 do mesmo mês e ano:

Carlos Alberto Au — assalariado, nos termos dos artigos 51.º a 54.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, para exercer as funções de marinho de 2.ª classe destes Serviços, indo ocupar a vaga resultante do falecimento do titular do lugar, Wu Tou Un.

Leong Wai Un, 19.º classificado no concurso a que se refere a lista de classificação final publicada no *Boletim Oficial* n.º 21/81 — assalariado, nos termos dos artigos 51.º a 54.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, para exercer as funções de servente de 2.ª classe destes Serviços, indo ocupar o lugar resultante da nomeação do titular do lugar, Carlos Alberto Au, para marinho de 2.ª classe dos mesmos quadro e Serviços.

(O emolumento devido, na importância de \$16,00, em cada um dos despachos, será pago por desconto na primeira folha de vencimentos).

Repartição dos Serviços de Marinha, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — Chefe dos Serviços, *João Manuel V. P. Nobre de Carvalho*, capitão-de-fragata.

FORÇAS DE SEGURANÇA DE MACAU**COMANDO****Extracto de despacho**

Por despacho de 21 de Novembro de 1983, visado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro do mesmo ano:

Tang Lin, assalariada eventual do Comando das Forças de Segurança de Macau, de 57 anos de idade — desligada do serviço para efeitos de aposentação, a partir de 30 de Setembro de 1983, sendo-lhe fixada a seguinte pensão anual:

Pensão provisória anual de Pts: \$16 800,00 calculada nos termos do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, conjugado com a alínea c) do artigo 39.º da mesma lei, correspondente a 20 anos de serviço prestado ao Estado, para efeitos de aposentação, tendo em consideração o vencimento de categoria de Pts. \$1 580,00 atribuído à letra «T», a que se refere o § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, segundo a tabela n.º 6 anexa à Lei n.º 7/81/M, alterada pelo artigo 1.º da Lei n.º 12/82/M, de 27 de Novembro, considerando a pensão mínima fixada no n.º 2 do artigo 1.º da citada Lei n.º 12/82/M, e acrescida de Pts. \$300,00, face à inclusão de 3 diuturnidades, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º da mesma Lei n.º 7/81/M.

O encargo total desta pensão pertence a Macau.

(É devido o emolumento de \$16,00, a descontar na primeira folha de pagamento da sua pensão).

Comando das Forças de Segurança, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Chefe do Estado-Maior/FSM, *José Eduardo de Paiva Morão*, coronel de cavalaria.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**Extractos de despachos**

Ao pessoal, abaixo indicado, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau — concedidos 90 dias de licença graciosa para ser gozada em Macau, nos termos do artigo 221.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, conjugado com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 34/77/M, de 27 de Agosto, por contar mais de quatro anos de serviço prestado ao Estado:

Guarda de 1.ª classe n.º 348/70, Ng Yuk Wah;
Guarda de 3.ª classe n.º 275/70, Siu Va Hoi.

Por despacho de 22 de Novembro de 1983, anotado pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro de 1983:

Os agentes, a seguir indicados, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau — reconduzidos, por mais 3 anos, nos cargos que desempenham, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo

Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, a partir de 2 de Janeiro de 1984:

Guarda de 2.ª classe n.º 121/81/F, Isabel Augusto Monteiro;

Guarda de 2.ª classe n.º 126/81/F, Rita Maria Dias;

Guarda de 2.ª classe n.º 135/81/F, Maria Helena Fernandes.

Por despachos de 2 de Dezembro de 1983:

Mac Kuok Choi, guarda de 2.ª classe n.º 863/78, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau — convertida em 150 dias de licença graciosa para ser gozada em Portugal, nos termos do § 2.º do artigo 221.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, a licença de 90 dias concedida por despacho de 16 de Dezembro de 1982, publicado no *Boletim Oficial* n.º 51, de 18 de Dezembro de 1982, nos termos do artigo 221.º do mesmo estatuto.

Lao Hón Keong, guarda de 1.ª classe n.º 861/78, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau — convertida em 150 dias de licença graciosa para ser gozada em Portugal, nos termos do § 2.º do artigo 221.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, a licença de 90 dias concedida por despacho de 16 de Dezembro de 1982, publicado no *Boletim Oficial* n.º 51, de 18 de Dezembro de 1982, nos termos do artigo 221.º do mesmo estatuto.

Cheong Iok Kuan, guarda de 1.ª classe n.º 10/78, do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau — convertida em 150 dias de licença graciosa para ser gozada em Portugal, nos termos do § 2.º do artigo 221.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, a licença de 90 dias concedida por despacho de 8 de Setembro de 1982, publicado no *Boletim Oficial* n.º 38, de 18 de Setembro de 1983, nos termos do artigo 221.º do mesmo estatuto.

Declaração n.º 71

Declara-se que a Junta Especial de Revisão, em sua sessão ordinária de 28 de Novembro de 1983, emitiu o seguinte parecer, homologado na mesma data, respeitante ao pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau, a seguir indicado:

Ana Cristina dos Santos Pinto de Sá, filha de José A. P. P. de Sá, sargento-músico Men. 51354411:

«Necessita de continuar o tratamento em clínica especializada dos Serviços de Saúde em Hong Kong, por indicação do seu médico assistente, no dia 6-12-83».

Nuno Manuel Figueira Cordeiro, filho de Manuel Figueira Cordeiro, comissário:

«Necessita de continuar o tratamento em clínica especializada dos Serviços de Saúde em Hong Kong, por indicação do seu médico assistente, no dia 9-12-83».

Corpo de Polícia de Segurança Pública, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Comandante, *João Manuel Duarte Moniz Barreto*, tenente-coronel de cavalaria.

POLÍCIA MARÍTIMA E FISCAL

Extractos de despachos

Por despachos de 1 de Novembro de 1983, visados pelo Tribunal Administrativo em 26 de Novembro do corrente ano:

Orlando Fátima de Jesus César, subchefe n.º 43, da Polícia Marítima e Fiscal — nomeado, definitivamente, no actual cargo, a partir de 3 de Novembro de 1983, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor.

Francisco José Pereira Giga, guarda de 1.ª classe n.º 123, da Polícia Marítima e Fiscal — nomeado, definitivamente, no actual cargo, a partir de 3 de Novembro de 1983, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor.

Por despachos de 29 de Outubro de 1983, visados pelo Tribunal Administrativo em 2 de Dezembro do corrente ano:

Henrique Chio Sequeira, guarda de 2.ª classe n.º 260, da Polícia Marítima e Fiscal — nomeado, definitivamente, no actual cargo, a partir de 3 de Novembro de 1983, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor.

Amadeu Mário das Dores Cordeiro, guarda de 2.ª classe n.º 261, da Polícia Marítima e Fiscal — nomeado, definitivamente, no actual cargo, a partir de 3 de Novembro de 1983, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor.

Declarações

Para os devidos efeitos se declara que a Junta de Saúde, em sua sessão ordinária de 2 de Dezembro de 1983, emitiu o seguinte parecer, homologado em 3 de Dezembro de 1983, respeitante ao guarda de 2.ª classe n.º 280/F, Maria Augusta Colaço, da Polícia Marítima e Fiscal:

«Necessita de trinta dias de licença de Junta de Saúde para tratamento e repouso».

— Para os devidos efeitos se declara que a Junta de Saúde, em sua sessão ordinária de 2 de Dezembro de 1983, emitiu o seguinte parecer, homologado em 3 de Dezembro de 1983, respeitante ao guarda de 3.ª classe n.º 427, Wu Si Keong, da Polícia Marítima e Fiscal:

«Necessita de mais quarenta e cinco dias de licença de Junta de Saúde para tratamento e repouso».

Polícia Marítima e Fiscal, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Comandante, *Arménio Carvalho Carlos Fidalgo*, capitão-tenente.

CORPO DE BOMBEIROS

Rectificação

Nos extractos de portarias para liquidação do tempo de serviço prestado ao Estado, publicados na página 2261 do

Boletim Oficial n.º 48, de 26 de Novembro de 1983, onde se lê:

Cheang Sio Hong — bombeiro de 2.ª classe n.º 78/407 . . .

deve ler-se:

Cheang Sio Hung — bombeiro de 2.ª classe n.º 78/407 . . .

e onde se lê:

Ung Seng — bombeiro de 2.ª classe n.º 74/405. . .

deve ler-se:

Ũn Seng — bombeiro de 2.ª classe n.º 74/405. . .

Corpo de Bombeiros, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Comandante, *Rogério Francisco de Paula de Assis*.

DIRECTORIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Extractos de despachos

Por despachos de 30 de Novembro de 1983, visados pelo Tribunal Administrativo em 7 de Dezembro do mesmo ano:

Nelson Ferreira Magalhães de Sousa, agente de 1.ª classe da Directoria da Polícia Judiciária de Macau — nomeado, nos termos da alínea a) do artigo 55.º e n.º 2 do artigo 56.º, conjugado com o artigo 59.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, para exercer por substituição, as funções de chefe de brigada da mesma Directoria, na vaga resultante da promoção a subinspector do chefe de brigada, Sebastião Israel da Rosa.

Felisberto Manuel de Carvalho, agente de 1.ª classe da Directoria da Polícia Judiciária de Macau — nomeado, nos termos da alínea a) do artigo 55.º e n.º 2 do artigo 56.º, conjugado com o artigo 59.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, para exercer por substituição, as funções de chefe de brigada da mesma Directoria, na vaga resultante da promoção a subinspector do chefe de brigada, Telmo da Conceição Sequeira.

António Augusto Salvado da Silva, agente de 1.ª classe da Directoria da Polícia Judiciária de Macau — nomeado, nos termos da alínea a) do artigo 55.º e n.º 2 do artigo 56.º, conjugado com o artigo 59.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, aprovado pelo Decreto n.º 46 982, de 27 de Abril de 1966, para exercer por substituição, as funções de chefe de brigada da mesma Directoria, na vaga resultante da promoção a subinspector do chefe de brigada, Plácido Timóteo Carion Júnior.

(É devido o emolumento de \$24,00, em cada um dos despachos).

Directoria da Polícia Judiciária, em Macau, aos 10 de Dezembro de 1983. — O Director, *Carlos Cavaleiro Gonçalves Sanches*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

SERVIÇOS DE ASSUNTOS CHINESES

Anúncio

Faz-se público que, em conformidade com o despacho da Ex.^{ma} Senhora Secretária-Adjunta para a Administração, de 6 do corrente, está aberto concurso de provas práticas, pelo prazo de 30 dias, a contar do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, para o preenchimento de um lugar de terceiro-oficial do quadro administrativo da Repartição dos Serviços de Assuntos Chineses, ao qual poderão concorrer os escriturários-dactilógrafos de 1.ª classe de todos os serviços públicos, com 3 anos de exercício efectivo com boas informações e os indivíduos de ambos os sexos habilitados com o 2.º ciclo dos liceus ou equivalente e que reúnam as demais condições exigidas por lei.

A admissão ao concurso é feita mediante requerimento, com assinatura reconhecida, dirigido a Sua Ex.^a o Governador e entregue na secretaria destes Serviços, devendo os candidatos indicar a sua identificação completa e discriminar os documentos que juntam.

Os escriturários-dactilógrafos de 1.ª classe devem ainda apresentar, além dos documentos exigidos, certidão comprovativa de ter prestado três anos de bom e efectivo serviço.

No mesmo requerimento, deverão ainda os candidatos declarar, nos termos da regra 1.ª do artigo 20.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 183/71, de 5 de Maio, em alíneas separadas e sob compromisso de honra o seguinte:

- a) Ter cidadania portuguesa de origem;
- b) Ter idade não inferior a 18 anos;
- c) Número do bilhete de identidade, data e arquivo que o emitiu.

O concurso constará de provas escritas e nele será observado o programa constante do quadro n.º 3 — VIII, do Regulamento dos Serviços de Assuntos Chineses, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/76/M, de 30 de Outubro, publicado no suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 44, de 30 de Outubro de 1976.

Em caso de igualdade de classificação, observar-se-á o disposto no n.º 3 do artigo 51.º do Regulamento destes Serviços.

O prazo de validade deste concurso é de dois anos, a contar da data da publicação da respectiva lista de classificação final dos candidatos no *Boletim Oficial* de Macau.

Os candidatos classificados que forem convocados para prestar serviço deverão entregar oportunamente os restantes documentos exigidos por lei para a sua nomeação.

Repartição dos Serviços de Assuntos Chineses, em Macau, aos 7 de Dezembro de 1983. — O Chefe dos Serviços, *Pedro Ló da Silva*.

SERVIÇOS DE FINANÇAS

Resumo do movimento do Cofre Geral deste território no mês de Outubro de 1983

Saldo do mês anterior		—	\$ 394 958 482,82	
Recita do mês	Própria da Fazenda	No Território	\$ 76 969 846,60	
		Por jogo de contas com o Ministério	—	
	Por operações de tesouraria	No Território	\$ 21 657 237,60	
		Por jogo de contas com o Ministério	—	
	Valores selados e fiscais recebidos da Imprensa Nacional — Casa da Moeda	—	—	
				\$ 493 585 567,02
Despesa do mês	Própria da Fazenda	No Território	\$ 51 236 061,00	
		No Ministério	—	
	Por operações de tesouraria	No Território	\$ 26 794 740,10	
		No Ministério	—	
	Transferido	Para o Ministério — por jogo de contas	—	
		Em valores selados e fiscais	—	
		Para a metrópole	—	
		Para a repartição concelhia	\$ 5 400,00	
			\$ 5 400,00	
				\$ 78 036 201,10
Saldo para o mês seguinte		No Cofre	—	
		No Banco	—	\$ 415 549 365,92
DESENVOLVIMENTO DO SALDO				
Mas como as contas do livro 16.º acusam nesta data os saldos seguintes:				
c/c com os depósitos judiciais		\$ 37 131,15		
c/c com os depósitos orfanológicos		\$ 16 185,75		
c/c com os depósitos de defuntos e ausentes		\$ 1 910,73		
cc/cc de diversos depósitos		\$ 15 111 041,76		
			\$ 15 166 269,39	
c/c de valores selados e fiscais		\$ 43 532 684,20	\$ 43 532 684,20	
				\$ 58 698 953,59
Resulta que nesta data:				
É o saldo a favor da Fazenda de		—	—	\$ 356 850 412,33

Direcção dos Serviços de Finanças, em Macau, aos 22 de Novembro de 1983. — Elaborado por *Américo da Silva Fernandes*, segundo-oficial. — Verificado. — O Chefe da Secção do Tesouro, *Albino dos Santos*, chefe de secção, substituto. — O Director dos Serviços, *Eduardo Joaquim Graça Ribeiro*.

Lista definitiva

Torna-se pública a lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso de provas práticas — escrita e oral — para o provimento de lugares de escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe do quadro administrativo dos Serviços de Finanças, a que se refere o anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 36, de 3 de Setembro de 1983:

Carolina Rodrigues;
Daniel da Silva;
Eurico Máximo Januário do Rosário;
Helena Viseu Pinheiro;

Mou Io Veng, aliás Manuel Mou; e
Virgílio Conceição da Rosa.

A prestação das provas das matérias constantes do referido concurso terá lugar no dia 7 de Janeiro de 1984, com a duração de 3 horas, com início às 9,00 horas, na Direcção dos Serviços de Finanças.

Direcção dos Serviços de Finanças, em Macau, aos 25 de Novembro de 1983. — O Juri. — O Presidente, *Mário Corrêa de Lemos*, técnico-principal. — O Vogal, *Américo da Silva Leong Monteiro*, técnico de 1.ª classe. — O Vogal, *Joãosinho Noronha*, chefe de secção.

Éditos de 30 dias

Nos termos dos Decretos de 24 de Março de 1911 e n.º 8 818, de 11 de Maio de 1923, que tornaram extensivos a este território o Decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910 e o disposto no n.º 5 do artigo 90.º do Decreto n.º 5 524, de 8 de Maio de 1919, respectivamente, se faz público que, tendo Maria da Conceição Pedro Moraes requerido a pensão de sobrevivência deixada pelo seu falecido marido, Sebastião Voltaire Pinto Moraes, que foi comandante de secção do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau, aposentado, devem todos os que se julgam com direito à percepção da mesma pensão, requerer por esta Direcção, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação dos presentes éditos no *Boletim Oficial*, a fim de deduzirem os seus direitos, pois que, não havendo impugnação, será resolvida a pretensão da requerente, findo que seja esse prazo.

Direcção dos Serviços de Finanças, em Macau, aos 3 de Dezembro de 1983. — O Director dos Serviços, *Eduardo Joaquim Graça Ribeiro*.

FORÇAS DE SEGURANÇA DE MACAU**COMANDO****Listas**

Lista definitiva dos candidatos à prestação do serviço de segurança territorial — 3.º Turno/SST/983 — (Artigo 16.º das NRPSST), homologada por despacho do Ex.º Comandante das F. S. Macau, de 29 de Novembro de 1983:

1 — Candidatos aptos:

- 19 — Lei Chi Seng;
- 32 — Lo Veng Fai;
- 98 — Vong Pon Meng;
- 108 — Ip Chi Meng;
- 201 — Lei Chio Man;
- 203 — Vong Chün Fat;
- 316 — Chu Ion Kao;
- 372 — Kuán Kam Kun;
- 395 — Lei Mán Sang;
- 396 — Lei Cheong Lim;
- 435 — Wong Kuai Chio;
- 490 — Ho Chek Man;
- 513 — Ip Chin Nang;
- 522 — Fóng Veng Chiu;
- 552 — Tong Chi Keong;
- 553 — Lam Chin Heong ou Kyin Shwin;
- 643 — Ng Chi Kun;
- 696 — Cheong Mun Hong.

Quartel-General das Forças de Segurança de Macau, aos 30 de Novembro de 1983. — O Chefe do Estado-Maior/FSM, *José Eduardo de Paiva Morão*, coronel de cavalaria.

Resultados da Junta de Recrutamento Territorial relativos à inspecção dos candidatos à prestação do 3.º Turno/SST/983, homologado por despacho do Comandante das F. S. Macau,

de 29 Novembro de 1983, por delegação de S. Ex.ª o Governador de Macau, nos termos do artigo 9.º das NRPSST, aprovados pela Portaria n.º 133/76/M, de 24 de Julho, tendo em vista a alínea c) do artigo 1.º da Portaria n.º 102/81/M, de 8 de Julho.

1 — Candidatos aptos:

- 19 — Lei Chi Seng;
- 32 — Lo Veng Fai;
- 98 — Vong Pon Meng;
- 108 — Ip Chi Meng;
- 201 — Lei Chio Man;
- 203 — Vong Chün Fat;
- 316 — Chu Ion Kao;
- 372 — Kuán Kam Kun;
- 395 — Lei Mán Sang;
- 396 — Lei Cheong Lim;
- 435 — Wong Kuai Chio;
- 490 — Ho Chek Man;
- 513 — Ip Chin Nang;
- 522 — Fóng Veng Chiu;
- 552 — Tong Chi Keong;
- 553 — Lam Chin Heong ou Kyin Shwin;
- 643 — Ng Chi Kun;
- 696 — Cheong Mun Hong.

Quartel-General das Forças de Segurança, em Macau, aos 30 de Novembro de 1983. — O Chefe do Estado-Maior/FSM, *José Eduardo de Paiva Morão*, coronel de cavalaria.

Lista definitiva dos candidatos à prestação do serviço de segurança territorial — 1.º Turno/SST/984 — (artigo 16.º das NRPSST), homologada por despacho do Ex.º Comandante das Forças de Segurança de Macau, de 29 de Novembro de 1983:

I. Candidatos aptos:

- 2 — Lei Chi Seng;
- 4 — Chiang Kin Chio;
- 6 — Ao Sio Kün;
- 8 — Chau Wai Kuong;
- 21 — Tang Mun Kóng;
- 28 — Leong Kam Hong;
- 37 — Ng Weng T'im, aliás Wee Wing Han;
- 38 — Leong Sek Kuan ou Liang Lick Kwin;
- 39 — Mong Un Chio ou Meng Yuan Tchao, aliás Dit Mong Hu You Jean De Dieu;
- 47 — Lei Sai Cheong;
- 48 — Chan Cheong Iek ou Tan Teong Aik;
- 58 — Cheang Kun Meng;
- 80 — Manuel Duarte Teixeira Machado;
- 81 — Chung Long Jin;
- 88 — Fu Man Chón;
- 90 — Lam Weng Cheong;
- 94 — Ung Man Kuong;
- 96 — Henrique Ian;
- 97 — Chong Iok Chán;
- 114 — Ho Chi Kuong;
- 140 — Lio Kun Ieng;

- 141 — Wong Peng Kuan;
 146 — Fóng Iek Seng ou Fong Jek Seng;
 150 — Lei Ch'an Keng;
 155 — Au Ion Leong;
 157 — Hoi Sio Ieong;
 158 — Cou Iu Fóng;
 160 — Lam Kai Kong;
 161 — Pao Kin Kei;
 164 — Lao Sio Kin;
 171 — Ng Veng Heng;
 179 — João Alexandre Airosa Lopes;
 187 — Pang Kuan Hou;
 193 — Leong Kóng Meng;
 197 — Vong Chi Keong;
 200 — Lei Chin Kong;
 205 — Lei Chin Chit;
 212 — Iu Iam Lim;
 213 — Mak Chi Seng;
 221 — Lei Kin Kei;
 226 — Ch'ek Chi Ieong;
 233 — Ung Chong Meng;
 245 — Ng Hung Kong;
 266 — Ch'an Iau Hong;
 270 — Chü Kam Seng;
 286 — Tam Kam Ian;
 295 — Ló Chi Un;
 298 — Chiang Si Chong;
 299 — Chao Tat Lam;
 300 — Leong Wan Kin;
 305 — Cheong Chi Meng;
 307 — Wong Cheong Son;
 323 — Lei Kam Ch'eong, aliás António Lei;
 324 — Má Koi Weng;
 329 — Lok Ka Iun;
 334 — Mac Peng Leong;
 339 — Loi Ieng Hou;
 340 — Leong Man Vai;
 354 — José Fonseca Pereira;
 356 — Leong Kock Chi;
 360 — Chiang Meng Kun;
 361 — Ho Peng Keong;
 362 — Vu Pou Koi;
 364 — Wong Chi Heng;
 377 — Mak Chi Seng;
 388 — Fong Sio Pou;
 397 — Iü Kin Sang;
 420 — Lei Vai Meng;
 421 — Chan Kam Hong;
 425 — Lo Tim Fok;
 430 — Choi Tai Pi;
 432 — Pun Man Fong;
 437 — Liu Peng Kuan;
 439 — Pun Sio Lon;
 444 — Cheang Tac Seng;
 447 — Vong Hon Iün;
 458 — Fong Kuong Un;
 459 — José Lei;
 461 — Leung Ká Tou;
 468 — Wu Man Seng;
 473 — António Martinho Leung, aliás Leong Chok Man;
 476 — Wong Wai Ip;
 478 — Leong Pui Sang;
 481 — Ng Sio Fai;
 488 — Leong Tec Vai;
 491 — Chok Yeng Choi, aliás Agostinho Chok;
 492 — José Renato Ferreira;
 500 — Lam Ip Kóng;
 501 — Ló Kuok Wa;
 514 — Ng Ka Wut;
 515 — Kók Ian Chó;
 519 — Wu Weng Hong;
 528 — Lai Io Lam;
 530 — Kuok Pak San;
 538 — Vong Chi Long;
 546 — Ieong Sio Heng;
 548 — Chao Kin Chao;
 562 — Cheong Se Kuong;
 563 — Henrique Fernando da Conceição, aliás Choi Sai Wa;
 564 — Lau Im Keng;
 567 — Sam Vai Keong;
 570 — Ché Hó Kam;
 572 — Wong Kam Tong;
 585 — Lei H'ueng Va;
 589 — Pang Hon Man, aliás Patrício Pan;
 604 — Wong Sio Hong;
 611 — Hó Vai Tóng;
 622 — Vong Chon Va;
 623 — Chang Choi Vá;
 626 — Ieong Wa San;
 631 — Vong Kuai Chao;
 634 — Ung Chi Hong;
 640 — Chan Wa Long;
 658 — Fong Chi Kong;
 659 — Fong Cheoc Leong;
 678 — Chan Hon Fai;
 693 — Ieong Kuan Hó;
 695 — Cheong Sin Lei;
 719 — Carlos Orlando Lopes de Almeida Gonçalves;
 720 — Lao Ion Hong;
 729 — U Juok Weng.
- II. Candidatos inaptos:**
- 1 — Ieong Tat Chan;
 3 — Tang Chi Vai;
 5 — Cheong Kin Lün;
 9 — Lau Weng Nin;
 10 — Tang Chong Vá;
 11 — Vong Kai Kan;
 12 — Mak Veng Chun, aliás José Mak;
 14 — Chan Weng Meng;
 15 — Fong Chan Hou;
 16 — Chio Kin Heng ou Chu Kyaung Hín;
 17 — Chio Kin Seng ou Chu Kyaung Sein;
 18 — Tam Heng Ch'eong;
 20 — Tai Kam Seng;
 22 — Leong Sai Chün;
 23 — Si Tai Heng ou Su Tai Hain;
 24 — T'am Sio Kuan ou Tham Shu Khwan;
 26 — Leong Pui Wong;
 27 — Au Sio Kei;
 29 — Man Vai Chi;

- 30 — T'am Hón Heong;
 31 — Chau Hong Fat;
 33 — Wong Kuok San ou Huynh Quoc San;
 34 — Chiang Song Kuong ou Chan Choons Kwan;
 35 — Chao Peng Kün;
 36 — Vong Hón Kün;
 40 — Chou Io Hong ou Chow Ngu Hong;
 41 — Ch'an Kai Choi;
 42 — Au Ieong Fong;
 43 — Cheong Pak Fai;
 44 — Lai Hou Fong;
 45 — Tang Pou Wa;
 46 — Kuan Kam Wa;
 49 — Leong Kuan;
 50 — Chou Ieng Fat ou Chow Yin Fatt;
 51 — Vong Kam Ch'ong;
 52 — António Hó;
 53 — Leong Kai Cheong;
 54 — U Kam Long;
 55 — Chou Peng Wai;
 56 — Che Lei Son Keong;
 57 — Chiang Meng Seng;
 59 — Tang Chi Cheong;
 60 — Vong Tat Wa;
 62 — Leong Chi Iu;
 63 — Wong Kan Seng;
 64 — Cheong Kam Veng;
 65 — Lo Ion Chan;
 66 — Kam Kam Veng;
 67 — Leong Heng Fu;
 68 — Ao Ieong Kong Fai;
 69 — U Weng Tong;
 70 — Lei Sio Kuong;
 71 — Lei Kan Weng;
 72 — Ip Hou Iün;
 73 — P'un Sin Fa;
 74 — Mak Hón Fai;
 75 — Cheang Tong Cheong;
 76 — Tang Kin Heng;
 77 — Lo Wa Seng;
 78 — Sio Chi Kuong;
 79 — Sio Chi Kuong;
 82 — Cheang Tai Kün;
 83 — Lei Kam K'eong;
 84 — Chao Vai Keong;
 85 — Kam Ioc Tóng;
 86 — Vong Tat Man;
 87 — Iao Chi Keong;
 89 — Kam Kuong Weng;
 91 — Roque Lau;
 92 — Ho Wing Fu;
 93 — Tang Wai Huen;
 95 — Lio Kóc Chong;
 99 — Ao Chó Heng;
 100 — Ché Fai Wang;
 101 — Fong Soi Fok;
 102 — Che Fei;
 103 — Vu Chi Iau;
 104 — Wong Pou Choi;
 105 — Mak Peng Kin;
 106 — Ung T'im K'ei;
 107 — Ch'an Weng K'un;
 109 — Chong Pou San;
 110 — Iac Keong Sin;
 111 — Lu Kam Chin;
 112 — Mok Shing Sai;
 113 — Pun Kam Cheong;
 115 — Tang Kam Vá;
 116 — Tsang Yu Yau;
 117 — Vong Sio Chuen;
 118 — Iao Weng Fong;
 119 — Cheong Seng Kuan;
 120 — Pang Cheok Meng;
 121 — Kou Sai Kit;
 122 — Tou Peng Vá;
 123 — Vong Fok Tat;
 124 — Lam Kit Ch'oi;
 125 — Sio Wai Hong;
 126 — Lei Cheong Hou;
 127 — Tong Ip On;
 128 — Hong Kong Chün;
 129 — Lei Sai Sou;
 130 — Lou Meng Kei;
 131 — Ló Ká Ieong;
 132 — Chan Weng Kuong;
 133 — Chan Ká Kei;
 134 — San Chi Meng;
 135 — Kuong Io Tong;
 136 — Chòi Peng Veng;
 137 — Kwan Ioc Kuong;
 138 — Lei Heng Mun ou Lee Kuain Mine;
 139 — Fong Tak Meng;
 142 — Ho Kam Chun;
 143 — Fan Pak Hei;
 144 — Lei Chi Keng;
 145 — Chan Tai Hong;
 147 — Vong Wá Chiu;
 148 — Vong Chi Hung;
 149 — Chong Kam Fai;
 151 — Chan Tou Cheng ou Chen Auk Kyin;
 152 — Chio Sio Fu ou Kyauk Hone;
 154 — Kuok Pák K'eong;
 156 — Lam Kuok Chói;
 159 — Un Kam Hong;
 162 — Chiang Tai Tai;
 165 — Chan Kuok Fok ou Chan Kok Hock;
 166 — Wong Choon Meng ou Wong Htone Ming;
 167 — Lam Oi Kuok ou Lim Ai Kock;
 169 — Chü Chan Ün;
 170 — Leong Kam Meng;
 172 — Leong Chio Hou;
 173 — Chòi Ká Fai;
 174 — Kwong Chi Veng;
 175 — Chan Wang Fai;
 176 — Chau Sui Wó;
 177 — Chan Chiu Tong;
 180 — Vong Vá Sang;
 181 — Kou Soi Hong;
 182 — Lei Kam Fai;
 183 — Leong Kuai Keong;
 184 — Sou Hung Nang;
 185 — Sio Iong Hong;
 186 — Vong Hóng Peng;

- 188 — Lei Ioi Kuan;
 189 — Lam Veng Tat;
 190 — Vong Kuok Ch'ong;
 191 — Leong Hoi Sang;
 192 — Chio I Kin;
 194 — Vu I Vó;
 195 — Hoi Weng Fu, aliás Hwe Win Fuh;
 196 — Ho Chi Weng;
 198 — Vu Koc Kin;
 199 — Cheang Vai Ip;
 202 — Chan Kók Sam;
 204 — Lou Sio Un;
 206 — Sü Chi Kan;
 207 — Mac Tac Pac;
 208 — Kou Chin Meng;
 209 — Vai Kók Man;
 210 — Vai Kuok Fai;
 211 — Fong Seng Fat;
 215 — Lam Kam Meng;
 216 — Chan Mok Mac ou Chan A Mac;
 217 — Vong Kwok Chong;
 218 — Iun Ioc Va;
 219 — Leong Chio Hou;
 220 — Tang Kam Iao;
 222 — Un Fui Chun;
 223 — Choi I Kuan;
 224 — Sü Chi Sam;
 225 — Lai Kam Meng;
 227 — Sou Peng Kuong;
 228 — Kou Man Wá;
 229 — Lei Hin Chói;
 230 — Ho Se Chun;
 231 — Ung Chan Fai;
 232 — Kou Sio Fong;
 234 — Lei Kam Veng;
 235 — Vong Hón Keong;
 236 — Vong Chong Sán;
 237 — Lao Chong Kei;
 238 — Lei Hou Kong;
 239 — Wan Lek Peng;
 240 — Lam Chou Fai;
 241 — Tong Veng Fong;
 242 — Lei Chi Keong;
 243 — Chau Long Pio;
 244 — Vu Sü Weng;
 246 — Tai Peng Fong;
 247 — Lin Chi Hung;
 249 — Ló Lit Chon, aliás Law Ah Kyin;
 250 — Ung Io Keong;
 251 — Ch'an Wai Meng, aliás José Chan;
 252 — Chan Iok Wai;
 253 — Fong Wai Lam;
 254 — Ló Lit Mun ou Lu Kwe Win;
 255 — Chan Kam Kuan;
 256 — Manuel Meira Fá Vengue;
 257 — Iu Kam Pui;
 258 — Chau Tat Meng;
 260 — Chao Kuok Kei ou Tjauw Kok Kie;
 262 — Sam Chi Fai;
 263 — Wong Tak Hoi;
 264 — Leong Iau Hao;
 265 — Mac Ch'io Leong;
 267 — Vong Lei Veng;
 269 — Ieong Keng Kuok;
 271 — Vong Chi Kao;
 272 — Ho Iong Iao ou Ho Kam Tim;
 274 — Kong Kei On;
 275 — Chau Meng Kuong;
 276 — Chau Io Kuong;
 277 — Roque Wong ou Wong Kók Soi;
 278 — Kok Chi San;
 279 — Wong Weng Chi;
 280 — Ao Hón Mou, aliás João Eudes Ao;
 281 — Lao Hou Cheong;
 282 — Ma Hong Fat ou Ma Hong Futt;
 283 — Chan Man Chong ou Lun Maung;
 284 — Wong Wai Sang;
 285 — Leong Kuong In;
 287 — Lam Man Kin;
 288 — Ch'an Man Hong;
 289 — Lei Soi Kuan;
 290 — Hoi Wó Hóng ou Hwee Wor Hong;
 291 — Cheang Un Long;
 292 — Cheang U Hon, aliás James Cheng;
 293 — Vong Vá Pan;
 294 — Cheang Kuok Leong;
 296 — Lam Chong Seng;
 297 — Cheng Kam Lai ou Kaung Kaung Lay;
 301 — Iun Hong;
 303 — Chan Sio Hung;
 304 — Lau Ioc Kei;
 306 — Leong Chan Cheong;
 308 — Sou Iam Man, aliás Khin Win;
 309 — P'un Sio Fai;
 310 — Lou Heng Kei;
 311 — Fung Ka Ioi;
 312 — Chan Chi Keong;
 313 — Fong Chan Vá;
 314 — Chün Cheok Vun;
 315 — Lói Man Fai;
 317 — Lai Chi Kwong;
 318 — Chan Kam Meng;
 319 — Ho Kam Im;
 320 — Fong Kuok Seak;
 321 — Fok Chi Min;
 322 — Ch'oi Koc Hong;
 325 — Ip Sio Kuong, aliás Pedro Ip;
 326 — Che Sio Lam;
 327 — Cham Veng Kiong;
 328 — Mok Sai Meng;
 330 — Chang Wai Man;
 331 — Vong Kuai Iao;
 332 — Ip Io Kun;
 333 — Ho Kai Meng;
 335 — Tam Meng Tat;
 336 — Leong Ion Hong;
 338 — Cheang Meng;
 341 — Ché Cheong Io;
 342 — Sam Lai Kun;
 343 — Ieong Sü Kan;
 344 — Tong Pak Chong ou Pan Chong;
 345 — Iü Kam Hong;

- 346 — Cheong Tak Kei;
 347 — Chau San Kün;
 348 — Chóí Kam Tím;
 349 — Leong Kam Chün;
 350 — Vat Siu Hong;
 351 — Cheang Chong Hói;
 352 — Hui Cheoc Vá;
 357 — Lee Chi Kin;
 358 — Tam Chiu Seng;
 359 — Choi Meng Kai;
 363 — Leong Kuong Meng;
 365 — Vong Tak Wai;
 366 — Mok Kin Cheong;
 367 — Kou Chin Man;
 368 — Leong Io Kei;
 369 — Ho Kuok Seng ou Ha Kak Seng;
 370 — Wan Io Kuok ou Wan Yong Cok;
 371 — Hui Chi K'eong;
 373 — Chiang Ngai Sang;
 374 — Lei Chi Kei;
 375 — Ian Kin Wá;
 376 — Leong Va Meng;
 378 — Ho Pak Weng;
 379 — Lok Kuok Chi;
 380 — Chan I Meng ou Chen Yi Main;
 381 — Chan Sek Ioi;
 382 — Chu Keng Kei ou Theing Ngwe;
 383 — Ho Chán Tong;
 384 — Ieong Kuok Kei;
 385 — Lei Cheng Lóng;
 386 — Pau San;
 387 — Leung Kam Va;
 389 — Ku Ch'an Keong;
 390 — Chan Keng Sang;
 391 — Leong Chi Ch'eong;
 394 — Iong Iat Fáng;
 398 — Fan Tong Nam;
 399 — Ip Weng Ch'eng ou Yip In Chein ou Aum Chein
 ou Mg Aung Kyi;
 400 — Wong Kai Meng ou Maung Kyam Tun;
 401 — Chao Kin Heng;
 402 — Sam Kam Tóng;
 403 — Kou Hoi Chi;
 404 — Lám Ion Sâm;
 405 — Lei Wai Tím;
 406 — Lei Wai Kün;
 407 — Chang Tin, aliás Tang Dien;
 409 — Leong Fu Wa;
 410 — Ch'ang Kam Fai;
 411 — Chau Iao Keong;
 412 — Wu Keng Wá;
 413 — Lau Seng Choi;
 414 — Chan Tam Sâm;
 415 — Cheang Hón Kün;
 417 — Vong Weng Keong;
 418 — Man Veng Kóng;
 419 — Francisco Lao;
 422 — Chan Vai Chiu;
 423 — Liu Peng Kai;
 424 — Lau Seng Chai;
 428 — Pou Chi Meng;
 429 — Leong Chi Pang;
 431 — Choi Chong Peng;
 433 — Loi Weng Sâm;
 434 — Ho Chan Koc;
 436 — Leong Iong Pio;
 438 — Kong Fu Heng ou Kyong Fu Shin ou Mg Tun
 Myint;
 440 — Ch'an Kam Wa;
 441 — Vu Kuok Hong;
 442 — Lei Kit Iun;
 443 — Pun Nim Sang;
 445 — Wu Chi Heng;
 446 — Lei Veng Sang;
 448 — Lee Chi Tong;
 449 — Ieong Hio Fong;
 450 — Hong Kam Lok ou Hong Khin Chein;
 451 — Ho Sio Un;
 452 — Chan Weng Kün;
 453 — Cheang Lek Sang;
 454 — Chan Tak Seng ou Maung Kyaw Sein;
 455 — Hoi Chio Chit;
 456 — Vong Veng Fu;
 457 — Chan Cheoc Vá;
 460 — Lam Keng In;
 462 — Chan Seng Fai;
 463 — Lau Seng Iat;
 464 — Wong Tak On ou Huynh Duc Quan;
 465 — Lee Weng Kei;
 466 — Chan Chak Hong;
 467 — Lam Kam Ch'un;
 469 — Kuong Vai Meng;
 470 — Tam Vai Hung;
 471 — Mok Fong Kan;
 472 — Francisco Leong;
 474 — Lei Pak Fai;
 475 — Ch'an Kam Chio;
 477 — Chu Koi U ou Kyi Kwee Yee ou Kyi Kwe Yi;
 479 — Tou Ion Hon;
 480 — Cheng Tou Sang ou Chan Sein, aliás Mg Tint
 Htoo;
 482 — Kong Kam Ch'oi;
 483 — Cheang Chak Leong;
 484 — Lei Heong Ieong;
 486 — Leong Kim Sai;
 487 — Lee Seak Man;
 489 — Tai Kei Pao;
 493 — Kuan Wai Po;
 494 — Au Kuok Weng;
 495 — Chan Vai I, aliás Chan Vai San;
 497 — U Tak Meng;
 498 — Leong Vai Meng;
 499 — Wong Sio Meng;
 502 — Chan Soi Cheong;
 503 — Lam Wa Ieong ou Lim Hwar In;
 504 — Lei Iek Fai;
 505 — Chao Lap Ip;
 506 — Iu Kók Vá;
 507 — Ip Weng Tong;
 508 — Chan Weng Tím ou Tan Eng Thuyan ou Khin
 Mg Ohn;
 509 — Chio Man Sang ou Mg Aung Sein;

- 510 — Sou Lei Cheong;
 512 — Chau Hon Wai;
 516 — Leong Kuok Heng;
 517 — Tai Chan Vai;
 518 — Lei Seng Heng;
 520 — Lei Wai Kit;
 521 — Wu Wai Hong;
 523 — Tin Sio Kai;
 524 — Lai Man Chi;
 525 — Vong Chi In;
 526 — Choi Peng Kün;
 527 — Ng Hong Man;
 529 — Ché Chi Meng;
 531 — Wong Cheong Fu;
 532 — Lam Wa San;
 533 — Leong Pui Chao;
 534 — Chiang Hong Lam;
 535 — Leung Chi Kuong;
 537 — Cheang Kam Chon;
 539 — Tam Fok Cheong;
 540 — Leong Wai Kun;
 541 — Ng Si Veng;
 542 — Chao Wai Man, ou Chew Wai Myint;
 543 — Lio Iat Un;
 544 — Cheong Ieng Son;
 547 — Lam Vai Chun;
 549 — Chang Sio Kei;
 550 — Cheong Man Si;
 551 — Cheong Tak Meng;
 554 — Chan Chi Nang ou Chin Toe Nine;
 555 — Lau Chi Meng;
 556 — Lau Chou Io;
 557 — Lei Seng Vá;
 558 — O Kuok In;
 559 — Lio Pak Kei;
 560 — Vong Iao Hap;
 561 — Chan Kuong Hón;
 565 — Lei Cá Seng;
 566 — Iao Cheong Heng ou Kwe Soon Heen;
 568 — Leung Kuai Sang;
 569 — Lau Chi Keong;
 573 — Chao Sio Chông;
 574 — Fong Kuok Kong;
 575 — Lei Kim Va;
 576 — Ho Kam Io;
 577 — Leong Kim Hong;
 578 — Chu Kei Heng ou Kyi Khai Hain;
 579 — Ung U Hong;
 580 — Ché Hou Kei;
 581 — Ng Kóng Chi;
 582 — Ip Lok Leong;
 583 — Chan Kin Seng;
 584 — Ao Vai Kei;
 586 — Choi Chin Wá;
 587 — Lam Chap Kuong;
 588 — Chau Pi Pi;
 590 — Teng Chi Man;
 591 — Lei Io Kóng;
 592 — Che Meng Fong;
 593 — Chan Seng Choi;
 594 — Tai Lap Cheong;
 595 — Tam Kam Keong;
 596 — Im Chong Hôi;
 597 — Ng Chi Kei;
 598 — Un Chun Kei;
 600 — Leong Kok Cheong;
 602 — Cheong Kam Meng;
 603 — Tang Tak Kan;
 605 — Iun Kam Sâng;
 606 — Vong Meng Hou;
 607 — Tam Chong Kei;
 608 — Lau I Vá;
 610 — Ao Leong Wai;
 612 — Chan Pou Keong;
 613 — Tam Peng Chün;
 614 — Hong Chi Meng;
 615 — Wong Ieng Keong;
 617 — Chong Koi Kuok;
 618 — Wong Kam Seong ou Wong Kian Lyagn;
 619 — Lai Ohi Hou;
 620 — Chan Seng Fai;
 621 — Lee Peng Hón;
 624 — Cheang Kam Tong;
 625 — Leong Heng Cheong;
 627 — Cheong Kin Nam;
 629 — Leong Cheok Kuen;
 630 — Wong Peng Fun;
 632 — Arnaldo dos Santos Iu;
 633 — Loi Chi Wai ou Lu Chi Vi;
 635 — João Vong Ferreira Marques Soares;
 636 — Chan Iok Keong ou Chan Yoke Keong;
 637 — Chio Ch'oi Kuai;
 638 — Sé Tak;
 639 — Kán Cheng Chun;
 641 — Lei Ut Nam;
 644 — Chan Kuok Weng;
 645 — Chan Ká Seng;
 646 — Pang Iut Fai;
 647 — Chan Chi San;
 648 — Wong Kai Kuong;
 649 — Cheng Chan Kin;
 650 — Siu Wai Seng;
 651 — Fung Sio Kei;
 652 — Há Chi Weng;
 653 — Hó Chi Keong;
 654 — Lei Hói Meng;
 655 — Lee Hoi Man;
 656 — Ho Chan Hang;
 657 — Mak Seng Cheong;
 660 — Chan Kun Sou;
 661 — Leong Kin Va;
 662 — Lau Tak Seng;
 666 — Fong Kim Fai;
 667 — Chau Chin Meng;
 668 — Ha Chong Keong;
 669 — Long Chi Keong;
 670 — Cheang Seng Cheong;
 671 — Ho Sai Lam ou Ho Loi Lin;
 672 — Long Chi Man;
 673 — Iao Wan Hang ou Yu Yun Heng;
 674 — Cheong Kin Cheong ou Kyo Kin Chen;
 675 — Lei Chac Vai;
 676 — Iü Hou Hap;

677 — Ng Cheong Choi;
 679 — Tang Ip Hon;
 680 — Law Kuok Tai;
 681 — Chin Chi Son;
 683 — Fok Chi Wá;
 685 — Chio Keng Kai;
 687 — Vu Hón Tong;
 688 — Ng Weng Hong;
 689 — Lao Hing Sang;
 690 — Chiu Ch'on Va;
 691 — Tong Kam Hou;
 692 — Mui Sei Leong;
 697 — Ng Chan Io;
 698 — Leu Seak Lon;
 699 — Tai Kok Hong;
 700 — Lai Iao Hang;
 701 — Chan Chi Weng;
 702 — Iao Chi Keong;
 703 — Chan Chi Seng;
 704 — Lam Seng Hong;
 705 — Fóng Chi Seng;
 706 — Leong Chi Vai;
 707 — Lok Kuok Weng;
 709 — Lao Sec Va;
 710 — Leong Chi Kuong;
 712 — Pun Pou Weng;
 713 — Wong Ieng K'èong;
 714 — Ngac Cheong Pó;
 715 — Manuel dos Santos Iu;
 716 — Wu Weng Chio;
 717 — Ip Sai Chi;
 718 — Mac Chi Seng;
 722 — Lam Hon Peng;
 723 — Lam Hón Man;
 724 — Lou Peng Kei;
 725 — Wu Kuok Kei, aliás Wu Weng Leong;
 726 — Ung Kai Seng;
 727 — Chan Chi In;
 728 — Kwong Weng Tóng;
 730 — Leong Ion Cheong;
 731 — Cheong Io Ka.

III. Candidatos eliminados

a) Por desistência:

426 — Chan Wai Hong.

b) Nos termos do n.º 4 do artigo 6.º das NRPSST.:

153 — Chio Kam Fong ou Yin Kam;
 163 — Ho Kam Tong;
 178 — Tang Kuok Fai;
 214 — Ho Chan In;
 248 — Vong Chao Un;
 259 — Iao Fu ou Vuu Phu;
 261 — Lam Ieng Leong;
 337 — Ieong Ion Fai;
 353 — Cheang Kon Son;
 392 — Chü Leong;
 416 — Vu Man Chan;
 427 — Fong Mei Vai;
 485 — Leong Kam Hong;

496 — Chan Cheoc Kong;
 511 — Paulo Hui;
 571 — Ng Si Chio;
 599 — Choi Leong Sang;
 601 — Lou Chi Tong;
 628 — Kou Kóng Veng;
 642 — Heong Kam Weng;
 663 — Ch'an Sai Peng;
 664 — Ho Peng Chiu;
 665 — Ho Ion Pan;
 684 — Leong Vá Keong;
 694 — Ieong Kam Kun;
 708 — Fán Kuai Hang;
 711 — Carlos António Guerreiro;
 721 — Lam Wai Koi;

c) Nos termos do artigo 4.º n.º 2 da Lei do S. S. T.:

168 — Iong Su Veng;
 273 — Kong Vai Keong;
 302 — Wong Peng Kong;
 393 — Lao Wai Kun;
 408 — Fong Chu;
 536 — Lao Chi Choi;
 686 — Gregório Anaral do Espírito Santo.

d) Nos termos da alínea a) do artigo 4.º do Capítulo II das NRPSST.:

7 — Lei Pui;
 13 — Chan Seak Hou, aliás Afonso Chan;
 25 — Liu Kwok Chü;
 61 — Chiong Sio Leong;
 268 — Iec Veng Hei;
 355 — Leong Kam Wá;
 609 — Lai Fu Chong;
 616 — Vong Meng Kong.

e) Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º das NRP SST.:

545 — Lon Kin Chai;
 682 — Leong Kam Wa.

Quartel-General das Forças de Segurança, em Macau, aos 30 de Novembro de 1983. — O Chefe do Estado-Maior/FSM, José Eduardo de Paiva Morão, coronel de cavalaria.

Resultados da Junta de Recrutamento Territorial relativos à inspecção dos candidatos à prestação do 1.º Turno/SST/984, homologado por despacho do Comandante das F. S. Macau, de 29 de Novembro de 1983, por delegação de S. Ex.ª o Governador de Macau, nos termos do artigo 9.º das NRPSST, aprovados pela Portaria n.º 133/76/M, de 24 de Julho, tendo em vista a alínea c) do artigo 1.º da Portaria n.º 102/81/M, de 8 de Julho.

1. Candidatos aptos:

N.º 2. Lei Chi Seng;
 N.º 4. Chiang Kin Chio;
 N.º 6. Ao Sio Kün;
 N.º 8. Chau Wai Kuong;

- N.º 21. Tang Min Kóng;
 N.º 28. Leong Kam Hong;
 N.º 37. Ng Weng T'im, aliás Wee Wing Han;
 N.º 38. Leong Sek Kuan ou Liang Lick Kwin;
 N.º 39. Mong Un Chio ou Meng Yuan Tchao, aliás Dit Mong Hu You Jean De Dieu;
 N.º 47. Lei Sai Cheong;
 N.º 48. Chan Cheong Iek ou Tan Teong Aik;
 N.º 58. Cheang Kun Meng;
 N.º 80. Manuel Duarte Teixeira Machado;
 N.º 81. Chung Long Jin;
 N.º 88. Fu Man Chôn;
 N.º 90. Lam Weng Cheong;
 N.º 94. Ung Man Kuong;
 N.º 96. Henrique Ian;
 N.º 97. Chong Iok Chám;
 N.º 114. Ho Chi Kuong;
 N.º 140. Lio Kun Ieng;
 N.º 141. Wong Peng Kuan;
 N.º 146. Fóng Iek Seng ou Fong Jek Seng;
 N.º 150. Lei Ch'an Keng;
 N.º 155. Au Ion Leong;
 N.º 157. Hoi Sio Ieong;
 N.º 158. Cou Iu Fóng;
 N.º 160. Lam Kai Kong;
 N.º 161. Pao Kin Kei;
 N.º 164. Lao Sio Kin;
 N.º 171. Ng Veng Heng;
 N.º 179. João Alexandre Airosa Lopes;
 N.º 187. Pang Kuan Hou;
 N.º 193. Leong Kóng Meng;
 N.º 197. Vong Chi Keong;
 N.º 200. Lei Chin Kong;
 N.º 205. Lei Chin Chit;
 N.º 212. Iu Iam Lim;
 N.º 213. Mak Chi Seng;
 N.º 221. Lei Kin Kei ou Lee Ken Kee;
 N.º 226. Ch'eok Chi Ieong;
 N.º 233. Kou Sio Fong;
 N.º 245. Ng Hung Kong;
 N.º 266. Ch'an Iau Hong;
 N.º 270. Chü Kam Seng;
 N.º 286. Tam Kam Ian;
 N.º 295. Ló Chi Un;
 N.º 298. Chiang Si Chong;
 N.º 299. Chao T'at Lam;
 N.º 300. Leong Wan Kin;
 N.º 305. Cheong Chi Meng;
 N.º 307. Wong Cheong Son;
 N.º 323. Lei Kam Ch'eong, aliás António Lei;
 N.º 324. Má Koi Weng;
 N.º 329. Lok Ka Iun;
 N.º 334. Mac Peng Leong;
 N.º 339. Loi Ieng Hou;
 N.º 340. Leong Man Vai;
 N.º 354. José Fonseca Ferreira;
 N.º 356. Leong Kock Chi;
 N.º 360. Chiang Meng Kun;
 N.º 361. Ho Peng Keong;
 N.º 362. Vu Pou Koi;
 N.º 364. Wong Chi Heng;
 N.º 377. Mak Chi Seng;
 N.º 388. Fong Sio Pou;
 N.º 397. Iu Kin Sang;
 N.º 420. Lei Vai Meng;
 N.º 421. Chan Kam Hong;
 N.º 425. Lo Tim Fok;
 N.º 430. Choi Tai Pi;
 N.º 432. Pun Man Fong;
 N.º 437. Liu Peng Kuan;
 N.º 439. Pun Sio Lon;
 N.º 444. Cheong Tac Seng;
 N.º 447. Vong Hon Iün;
 N.º 458. Fong Kuong Un;
 N.º 459. José Lei;
 N.º 461. Leung Ká Tou;
 N.º 468. Wu Man Seng;
 N.º 473. António Martinho Leung, aliás Leong Chok Man;
 N.º 476. Wong Wai Ip;
 N.º 478. Leong Pui Sang;
 N.º 481. Ng Sio Fai;
 N.º 488. Leong Tec Vai;
 N.º 491. Chok Yeng Choi, aliás Agostinho Chok;
 N.º 492. José Renato Ferreira;
 N.º 500. Lam Ip Kóng;
 N.º 501. Ló Kuok Wa;
 N.º 514. Ng Ka Wut;
 N.º 515. Kók Ian Chó;
 N.º 519. Wu Weng Hong;
 N.º 528. Lai Io Lam;
 N.º 530. Kuok Pak Sam;
 N.º 538. Vong Chi Long;
 N.º 546. Ieong Sio Heng;
 N.º 548. Chao Kin Chao;
 N.º 562. Cheong Se Kuong;
 N.º 563. Henrique Fernando da Conceição, aliás Choi Sai Wa;
 N.º 564. Lau Im Keng;
 N.º 567. Sam Vai Keong;
 N.º 570. Ché Hó Kam;
 N.º 572. Wong Kam Tong;
 N.º 585. Lei Houng Va;
 N.º 589. Pang Hon Man, aliás Patrício Pan;
 N.º 604. Wong Sio Hong;
 N.º 611. Hó Vai Tóng;
 N.º 622. Vong Chon Va;
 N.º 623. Chang Choi Vá;
 N.º 626. Ieong Wa San;
 N.º 631. Vong Kuai Chao;
 N.º 634. Ung Chi Hong;
 N.º 640. Chan Wa Long;
 N.º 658. Fong Chi Kong;
 N.º 659. Fong Cheoc Leong;
 N.º 678. Chan Hon Fai;
 N.º 693. Ieong Kuan Hó;
 N.º 695. Cheong Sin Loi;
 N.º 719. Carlos Orlando Lopes de Almeida Gonçalves;
 N.º 720. Lao Ion Hong;
 N.º 729. U Kuok Weng.

2. Candidatos inaptos:

N.º 7. Lei Pui;
 N.º 13. Chan Seak Hou, aliás Afonso Chan;
 N.º 25. Liu Kwok Chü;
 N.º 27. Au Sio Kei;
 N.º 31. Chau Hong Fat;
 N.º 61. Ch'ong Sio Leong;
 N.º 62. Leong Chiu Iu;
 N.º 67. Leong Heng Fu;
 N.º 68. Ao Ieng Kong Fai;
 N.º 84. Chao Vai Keong;
 N.º 85. Kam Ioc Tóng;
 N.º 86. Vong Tat Man;
 N.º 92. Ho Wing Fu;
 N.º 95. Lio Kóc Chong;
 N.º 127. Tong Ip On;
 N.º 133. Chan Ká Kei;
 N.º 142. Ho Kam Chun;
 N.º 188. Lei Iói Kuan;
 N.º 208. Kou Chin Meng;
 N.º 217. Vong Kwok Chong;
 N.º 229. Lei Hin Chóí;
 N.º 231. Ung Chan Fai;
 N.º 267. Vong Lei Veng;
 N.º 268. Iec Vêng Hei;
 N.º 269. Ieong Keng Kuok;
 N.º 278. Kok Chi San;
 N.º 285. Leong Kuong In;
 N.º 303. Chan Sio Hung;
 N.º 308. Sou Iam Man, aliás Khin Win;
 N.º 321. Fok Chi Min;
 N.º 327. Cham Veng Kiong;
 N.º 328. Mok Sai Meng;
 N.º 331. Vong Kuai Iao;
 N.º 332. Io Io Kun;
 N.º 336. Leong Ion Kun;
 N.º 342. Sam Lai Kun;
 N.º 346. Cheong Tak Kei;
 N.º 350. Vat Siu Hong;
 N.º 355. Leong Kam Wá;
 N.º 367. Kou Chi Man;
 N.º 374. Lei Chi Kei;
 N.º 376. Leong Va Meng;
 N.º 378. Ho Pak Weng;
 N.º 379. Lok Kuok Chi;
 N.º 383. Ho Chán Tong;
 N.º 384. Ieong Kuok Kei;
 N.º 394. Iong Iat Fáng;
 N.º 400. Wong Kai Meng ou Maung Kyam Tun;
 N.º 403. Kou Hoi Chi;
 N.º 404. Lám Ion Sâm;
 N.º 410. Ch'ang Kam Fai;
 N.º 411. Cham Lao Keng;
 N.º 422. Chan Vai Chiu;
 N.º 428. Pou Chi Meng;
 N.º 433. Loi Weng Sâm;
 N.º 448. Lee Chi Tong;
 N.º 449. Ieong Hio Fong;
 N.º 450. Hong Kam Lok ou Hong Khin Chein;
 N.º 454. Chan Tak Seng ou Maung Kyau Sein;
 N.º 455. Hoi Choi Chit;

N.º 462. Chan Seng Fai;
 N.º 471. Mok Fong Kan;
 N.º 474. Lei Pak Fai;
 N.º 475. Ch'an Kam Chio;
 N.º 506. Iu Kok Vá;
 N.º 507. Ip Weng Tong;
 N.º 510. Sou Lei Cheong;
 N.º 512. Chau Hon Wai;
 N.º 517. Tai Chan Vai;
 N.º 543. Lio Iat Un;
 N.º 609. Lai Fu Chong;
 N.º 616. Vong Meng Kóng;
 N.º 633. Loi Chi Wai ou Lu Chi Vi;
 N.º 636. Chan Iok Keong ou Chan Yoke Keong;
 N.º 641. Lei Ut Nam;
 N.º 644. Chan Kuok Weng;
 N.º 649. Cheng Chan Kin;
 N.º 650. Siu Wai Seng;
 N.º 652. Há Chi Weng;
 N.º 662. Lau Tak Seng;
 N.º 674. Cheong Kin Cheong ou Kyo Chen;
 N.º 692. Mui Sei Leong;
 N.º 697. Ng Chan Io;
 N.º 698. Leu Seak Lon;
 N.º 702. Iao Chi Keong.

3. Candidatos inaptos por não terem feito os exames complementares:

N.º 545. Long Kin Chai;
 N.º 682. Leong Kam Wa.

4. Candidatos inaptos nos termos do n.º 4 do artigo 6.º das NRPSST:

N.º 248. Vong Chao Un;
 N.º 259. Iao Fu ou Yuu Phu;
 N.º 337. Ieong Ion Fai;
 N.º 485. Leong Kam Hong;
 N.º 571. Ng Si Chio;
 N.º 664. Ho Peng Chiu;
 N.º 665. Ho Ion Pan;
 N.º 711. Carlos António Guerreiro.

Quartel-General, das Forças de Segurança, em Macau, aos
 30 de Novembro de 1983. — O Chefe do Estado-Maior/FSM,
José Eduardo de Paiva Morão, coronel de cavalaria.

POLÍCIA MARÍTIMA E FISCAL**Lista provisória**

Dos candidatos admitidos ao concurso de provas práticas para o provimento dum lugar de escriturário-dactilógrafo de 3.ª classe do quadro de pessoal civil das Forças de Segurança de Macau (Polícia Marítima e Fiscal), aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 44, de 29 de Outubro de 1983:

Maria Fátima Pedro;
 Eduardo Filipe Marques da Silva Dantas;
 Hermínio da Conceição Maria Fernandes.

Nos termos da alínea e) do artigo 17.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, os candidatos poderão apresentar no prazo de 20 dias a contar do dia imediato ao da publicação desta lista, quaisquer reclamações e preencher as deficiências de instrução.

(Homologada por despacho do Ex.^{mo} Senhor Comandante das F. S. M., de 16 de Dezembro de 1983).

Polícia Marítima e Fiscal, em Macau, aos 7 de Dezembro de 1983. — O Comandante, *Arménio Carvalho Carlos Fidalgo*, capitão-tenente.

DIRECTORIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Lista provisória

Nos termos do artigo 17.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, se publica a lista provisória dos candidatos admi-

tidos ao concurso para o provimento de três lugares de terceiro-oficial da Directoria da Polícia Judiciária de Macau:

- 1 — Alberto Baptista Lopes;
- 2 — Maria Eduarda Solange Duarte Paiva. a)

Nos termos da alínea e) do artigo 17.º do Estatuto do Funcionalismo, em vigor, os candidatos poderão apresentar, no prazo de 20 dias a contar da data de publicação desta lista no *Boletim Oficial*, quaisquer reclamações e o assinalado com a letra a)

a) Apresentar certidão de habilitações literárias.

(Homologada por despacho do Ex.^{mo} Senhor Comandante das F. S. M., de 30 de Novembro de 1983).

Directoria da Polícia Judiciária, em Macau, aos 26 de Novembro de 1983. — O Director, *Carlos Cavaleiro Gonçalves Sauches*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

ANÚNCIO

Fábrica Industrial Luca, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 24 de Novembro de 1983, exarada a fls. 47v. e segs. do Livro n.º 136-C para escrituras diversas, do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Macau, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, entre Chan Ming Wu Stanley; Poon Kam Yu; e Leung Wan Sang, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelos artigos constantes da fotocópia anexa, que com esta se compõe de seis folhas e que vai conforme o original a que me reporto.

Primeiro — A sociedade adopta a denominação «Fábrica Industrial Luca, Limitada», em inglês, «Luca Industria, Manufactory, Limited» e tem a sua sede em Macau, na Rua dos Pescadores, Bloco H, oitavo andar, Centro Industrial Ocean, podendo a sociedade mudar o local da sede, bem como estabelecer sucursais onde e quando lhe pareça conveniente.

Segundo — O seu objecto é o exercício de todo e qualquer ramo de comércio ou indústria permitido por lei e especialmente o fabrico de artigos de plástico e o comércio de importação e exportação.

Terceiro — A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos, a partir da data desta escritura.

Quarto — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e bens, é de cem mil patacas, ou sejam quinhentos mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei n.º 33/77/M, de 20 de Agosto, e corresponde à soma das quotas dos sócios pelo modo seguinte:

a) uma quota de setenta mil patacas, equivalentes a trezentos e cinquenta mil escudos e com direito a mil e quatrocentos votos, subscrita pelo sócio Chan Ming Wu Stanley, representada pelo estabelecimento industrial de segunda classe, denominado «Fábrica Industrial Luca», em inglês «Luca Industrial Manufactory», a que respeita a licença industrial número treze barra oitenta e três, de onze de Julho de mil novecentos e oitenta e três, e cujo domínio e posse são pela presente escritura transferidos sem quaisquer encargos para a sociedade; e

b) duas quotas de quinze mil patacas, equivalente cada uma a setenta e cinco mil escudos, e com direito a trezentos votos, subscritas pelos sócios Poon Kam Yu e Leung Wan Sang.

Parágrafo único — O capital social poderá ser aumentado uma ou mais

vezes, conforme deliberação tomada em assembleia geral.

Quinto — É livre a divisão e cessão de quotas entre os sócios; todavia, a cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que se reserva o direito de preferência.

Sexto — A administração dos negócios da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem a uma gerência composta por um gerente-geral e dois gerentes.

Parágrafo primeiro — Para que a sociedade fique válida e eficazmente obrigada, será necessário que os respectivos actos, contratos e demais documentos se mostrem assinados pelo gerente-geral ou pelos gerentes conjuntamente.

Parágrafo segundo — Os gerentes poderão constituir mandatários nos termos da lei.

Parágrafo terceiro — Os membros da gerência, além das atribuições próprias de administração e gerência comercial, terão ainda as seguintes:

a) alienar por venda, troca ou outro título oneroso e bem assim hipotecar ou por outra forma onerar quaisquer bens sociais;

b) adquirir por qualquer forma bens e direitos;

c) efectuar levantamentos de depósitos feitos nos estabelecimentos bancários; e

d) contrair empréstimos e obter outras formas de crédito.

Parágrafo quarto — São desde já nomeados gerente-geral, o sócio Chan Ming Wu Stanley e gerentes, os sócios Poon Kam Yu e Leung Wan Sang, os quais exercerão esses cargos sem caução, nem retribuição, e por tempo indeterminado até à sua substituição por deliberação tomada em assembleia geral.

Sétimo — Em caso algum a sociedade se obrigará em fianças, letras de favor e mais actos ou documentos estranhos aos seus negócios.

Oitavo — Os anos sociais serão os anos civis e os balanços serão fechados no dia trinta e um de Dezembro de cada ano.

Nono — Os lucros, líquidos de todas as despesas e encargos e depois de deduzida a percentagem mínima de cinco por cento para o fundo de reserva, terão a aplicação que for resolvida em assembleia geral.

Décimo — As assembleias gerais dos sócios serão convocadas por qualquer dos gerentes mediante carta registada com a antecedência mínima de dez dias, salvo quando a lei exigir outra forma de convocação.

Parágrafo único — A falta de antecedência prevista no corpo deste artigo poderá ser suprida pela aposição da assinatura dos sócios no aviso de convocação.

Décimo primeiro — No omissso, regularão as disposições da Lei de 11 de Abril de 1901 e demais legislação aplicável.

Secretaria Notarial da Comarca de Macau, aos três de Dezembro de mil novecentos e oitenta e três. — O Ajudante da Secretaria Notarial, *Manuel Guerreiro*.

(Custo desta publicação \$463,50)

ANÚNCIO

Associação dos Construtores de Barcos de Macau-Taipa-Coloane

Certifico que, por escritura de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e oitenta e três, exarada a folhas trinta e três e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número cento e oitenta e nove-A, do primeiro Cartório da Secretaria Notarial desta Comarca; Leu Tung, Pong Chong Sam, Tam Kam Cheong, Wat Wa Kei e Ho Kam Kou, constituíram uma associação que se regerá pelos estatutos seguintes:

ESTATUTOS DA «ASSOCIAÇÃO DOS CONSTRUTORES DE BARCOS DE MACAU-TAIPA-COLOANE», em chinês, «OU T'ÂM LOU CHOU SÛN IP SEONG VUI»

Denominação, sede e fins

Artigo primeiro — A Associação adopta a denominação «Associação dos Construtores de Barcos de Macau-Taipa-Coloane», em chinês, «Ou T'âm Lou Chou Sun Ip Seong Vui».

Artigo segundo — A sede da Associação encontra-se instalada na Avenida Almirante Lacerda n.º 81, Edifício «San Tou», 1.º andar, moradia «A».

Artigo terceiro — O objecto da Associação consiste em defender os legítimos interesses, promover o auxílio mútuo e desenvolver a acção social dos seus associados.

Dos sócios, seus direitos e deveres

Artigo quarto — Poderão inscrever-se como sócios todos aqueles que são operários deste ramo de actividade, sem distinção de idade e sexo.

Artigo quinto — A admissão far-se-á mediante apresentação de dois sócios, dependendo a mesma da aprovação da Direcção.

Artigo sexto — São direitos dos sócios: a) Participar na Assembleia Geral; b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais; c) Gozar dos benefícios concedidos pela Associação.

Artigo sétimo — São deveres dos sócios: a) Tomar parte activa nas reuniões mensais; b) Pagar com prontidão a quota mensal de \$ 20,00; c) Cumprir o estabelecido nos estatutos da Associação, bem como as deliberações da Direcção.

Artigo oitavo — Os sócios que deixarem de pagar, de acordo com os estatutos, as respectivas quotas por um período de seis meses, serão considerados como se desistissem voluntariamente.

Disciplinas

Artigo nono — Aos sócios que infringirem os estatutos ou praticarem actos que desprestigiem a Associação serão aplicadas, de acordo com a deliberação da Direcção, as seguintes sanções: a) Advertência verbal; b) Censura por escrito e suspensão dos direitos; c) Expulsão.

Assembleia Geral

Artigo décimo — A Assembleia Geral, como órgão supremo da Associação, é constituída por todos os sócios em pleno uso dos seus direitos e reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos.

Artigo décimo primeiro — A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada eventualmente pela Direcção.

Artigo décimo segundo — Compete à Assembleia Geral: a) Aprovar e alterar os estatutos; b) Eleger a Direcção; c) Apreciar e aprovar o relatório da Direcção.

Direcção

Artigo décimo terceiro — A Direcção é constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, um encarregado de actividades recreativas e oito vogais, eleitos bienalmente.

Artigo décimo quarto — A Direcção reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário.

Artigo décimo quinto — As deliberações da Direcção são tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, o presidente terá voto de qualidade.

Artigo décimo sexto — O presidente e o vice-presidente têm poderes para assinar, em nome da Associação, todos os documentos tais como, cheques, contratos e escrituras de compra e arrendamento de imóveis.

Artigo décimo sétimo — Compete ao presidente, vice-presidente e tesoureiro examinar com regularidade as contas e escrituração dos livros da tesouraria e apresentá-las nas reuniões mensais para conhecimento de todos os sócios.

Dos rendimentos

Artigo décimo oitavo — Os rendimentos da Associação provêm das quotas e dos donativos dos sócios; no caso de haver prejuízo nos saldos, este será suportado pelos sócios.

Disposições transitórias

Artigo décimo nono — São desde já nomeados para fazerem parte da Direcção durante o primeiro biénio, Leu Tung, Pong Chong Sam, Tam Kam Cheong, Wat Wa Kei e Ho Kam Kou, servindo o primeiro de presidente, o segundo de vice-presidente, o terceiro de secretário, o quarto de tesoureiro e o quinto de encarregado de actividades recreativas.

Está conforme o original.

Secretaria Notarial da Comarca de Macau, aos vinte e nove de Novembro de mil novecentos e oitenta e três. — O Ajudante, *Deolinda Maria de Assis*.

(Custo desta publicação \$ 453,20)

ANÚNCIO

Cessão de quota e alteração do pacto social

Certifico que, por escritura de vinte e um de Novembro de mil novecentos e oitenta e três, exarada a folhas doze e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número cento e oitenta e nove-A, do primeiro Cartório da Secretaria Notarial desta Comarca e referente à sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Café-Restaurante Bonito e Barato, Limitada», e, em chinês, «Mei I Lim Ch'á Ch'an T'en Iao Han Cong Si», com

sede em Macau, na Estrada Coelho do Amaral, número sessenta e dois e sessenta e quatro, rés-do-chão, loja «A», e matriculada na Conservatória dos Registos desta Comarca sob o número mil quinhentos e sessenta e um, a folhas seis verso do Livro C-quinto, foram lavrados os seguintes actos:

1.º Cessão, pelo preço ao par, da quota do valor nominal de vinte mil patacas, pertencente ao sócio Leung Yuen, a favor de Lam Sio Kei; e

2.º Alteração do artigo sexto do pacto social, que passou a ter a seguinte redacção:

Artigo 6.º

A administração dos negócios da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem a um gerente-geral e dois gerentes, sem caução nem retribuição e por tempo indeterminado. Ficam desde já nomeados gerente-geral, o sócio Mok Chun e, gerentes, os sócios Lam Sio Kei e Iun Fai.

Parágrafo único — (Mantém-se).

Está conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Secretaria Notarial da Comarca de Macau, aos vinte e nove de Novembro de mil novecentos e oitenta e três. — O Ajudante, *Deolinda Maria de Assis*.

(Custo desta publicação \$ 159,70)

ANÚNCIO

Kingshome — Companhia de construções, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 25 de Novembro de 1983, exarada a fls. 82 e segs. do Livro n.º 136-C para escrituras diversas, do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Macau, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, entre Leung Yuk Yin, aliás Leung Yuk Tin ou Leung Iok Tin; e Lam Hin Ying, com a denominação em epígrafe, que se regerá pelos artigos constantes da fotocópia anexa, que com esta se compõe de cinco folhas e que vai conforme o original a que me reporto.

Primeiro — A sociedade adopta a denominação de «Kingshome — Companhia de Construções, Limitada», em inglês, «Kingshome — Construction Company Limited» e, em chinês, «Kam Hung King Chok Iao Han Cong Si», e terá a sua sede na Estrada Adolfo Loureiro, n.º 12A, 1.º andar O;

Parágrafo único — Por simples deliberação tomada em assembleia geral, a sociedade poderá mudar a sede social para qualquer outro lugar, bem como abrir ou encerrar filiais, sucursais, delegações ou agências.

Segundo — A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se para todos os efeitos, o seu começo a partir da data desta escritura.

Terceiro — O seu objecto é o comércio e indústria de construção civil, incluindo estudos, projectos, desenho e consultoria e a execução de quaisquer obras, por conta própria ou sob o regime de empreitada e ainda a importação e exportação e comercialização de materiais e equipamentos conexos com esta actividade ou quaisquer outros bens ou mercadorias.

Parágrafo único — Por simples deliberação tomada em assembleia geral, a sociedade poderá dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio, ou prestação de serviços, permitidos por lei.

Quarto — O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro é de cem mil patacas, ou sejam quinhentos mil escudos, ao câmbio de cinco escudos por pataca, nos termos do Decreto-Lei n.º 33/77/M, de 20 de Agosto, e corresponde à soma das seguintes quotas:

a) uma no valor de cinquenta mil patacas, ou sejam duzentos e cinquenta mil escudos, com direito a mil votos, e que pertence ao sócio, Leung Yik Yin;

b) outra no valor de cinquenta mil patacas, ou sejam duzentos e cinquenta mil escudos, com direito a mil votos, e que pertence à sócia, Lam Hin Ying.

Quinto — A cessão de quotas entre os sócios ou de partilhas entre herdeiros legítimos do sócio é livremente permitida; a cedência a favor de estranhos

depende do consentimento, por escrito, da sociedade preferindo, esta em primeiro lugar e qualquer dos sócios em segundo. Desejando vários sócios usar do direito de preferência abrir-se-á licitação entre eles. O sócio que pretender ceder a sua quota deverá comunicar à sociedade e aos demais sócios com a antecedência mínima de sessenta dias e por carta registada, o nome do cessionário e o preço da projectada cessão.

Sexto — A gerência comercial, dispensada de caução, fica confiada a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, podendo qualquer deles assinar os documentos de mero expediente, mas para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, são necessárias as assinaturas conjuntas dos dois gerentes.

Parágrafo primeiro — A gerência será ou não remunerada, consoante for deliberado em assembleia geral.

Parágrafo segundo — Os gerentes poderão delegar os seus poderes em quem entenderem.

Parágrafo terceiro — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou contratos que não digam respeito directamente aos negócios sociais, tais como: abonações, letras de favor, fianças, ou outros semelhantes.

Sétimo — As assembleias gerais, nos casos em que a lei não determinar outros prazos e formalidades especiais, serão convocadas por cartas registadas com o mínimo de oito dias de antecedência.

Oitavo — Os ganhos líquidos que em cada balanço anual com data de trinta e um de Dezembro se apurarem, terão a seguinte aplicação:

a) cinco por cento pelo menos, para fundo de reserva legal, enquanto este

não atingir o mínimo da lei ou sempre que for preciso reintegrá-lo;

b) o restante, consoante for deliberado em assembleia geral.

No caso de não ser obtida maioria para esta decisão, a divisão será feita na proporção da quota dos sócios.

Os eventuais prejuízos serão sempre suportados pelos sócios na proporção das suas quotas, até ao limite de sua responsabilidade exigível.

Nono — Todos os casos omissos, serão regularizados pelas disposições da Lei de 11 de Abril de 1901 e demais legislação aplicável.

Está conforme o original.

Secretaria Notarial da Comarca de Macau, aos três de Dezembro de mil novecentos e oitenta e três. — O Ajudante da Secretaria Notarial, *Manuel Guerreiro*.

(Custo desta publicação \$ 450,70)

IMPrensa NACIONAL DE MACAU

OBRAS À VENDA

Alteração ao Decreto-Lei n.º 50/76/M, de 13 de Novembro. — (Regimento do Conselho Consultivo) \$ 0,30	Diploma Orgânico da Direcção dos Serviços de Finanças \$ 4,00	Plano Oficial de Contabilidade \$20,00
Alterações ao Regulamento dos Serviços de Identificação, aprovado pelo Decreto n.º 41 078, de 19-4-1957 \$ 1,00	Diploma Orgânico do Instituto de Acção Social de Macau \$ 2,50	Portarias do Governo de Macau — 1978 — \$10,00. — 1979 — \$12,00. — 1980 — \$20,00. — 1981 — \$15,00.
Alvará para funcionamento de estabelecimento religioso \$ 2,00	Estatuto do Funcionalismo Ultramarino — Edição revista e actualizada (Dezembro de 1982) \$30,00	Regime Penal das Sociedades Secretas \$ 2,00
Arquivos de Macau: — Vol. I — N.º 1 — Junho de 1929 — \$ 3,00 — Vol. I — N.º 2 — Julho de 1929 — \$3,00 — Vol. I — N.º 3 — Agosto de 1929 — \$ 3,00	Estatuto Orgânico de Macau (bilingue) — 2.ª edição, revista e actualizada — 1983 — \$10,00.	Regimento da Assembleia Legislativa. \$ 4,00
2.ª Série — Volume I — N.º 6 — Nov./Dez. de 1941 — \$ 5,00 — 3.ª Série — Vols. I a XXXII (1964 a 1979) \$ 5,00 cada exemplar — I Tomo — Janeiro de 1981 — \$ 25,00 — II Tomo — \$ 25,00 — Tomos I e II (Janeiro/Dezembro de 1982) — \$ 50,00.	Extracto da folha de serviço \$ 0,20	Regimento da Assembleia Legislativa (alteração) \$ 3,00
Caderneta de Identificação M/1 \$ 0,20	Folha de serviço \$ 0,20	Regimento da Assembleia Legislativa (em chinês) \$ 4,00
Caderneta para requisições de impressos à Imprensa Nacional \$ 1,50	Guia modelo B \$ 0,10	Regimento do Conselho Consultivo ... \$ 1,00
Caderno de encargos para o fornecimento e recepção de pozolanas \$ 1,50	Jogo Ilícito e Usura nos Casinos \$ 2,00	Regulamento de Admissão ao Corpo de Bombeiros \$ 1,50
Caderno de Anotações dos Trabalhos de Be-tão Armado \$ 1,50	Legislação de Macau — 1982 (Leis, Decretos-Leis e Portarias)... \$80,00	Regulamento das Agências de Viagens e Turismo (em chinês) \$ 2,00
Carta de Curso Geral dos Liceus — 5.º e 7.º ano — \$ 2,00.	Legislação sobre as corridas de galgos. \$ 3,00	Regulamento da Assistência na Doença — Tabela de preços por serviços clínicos, médico-cirúrgicos, de enfermagem, de radiologia, agentes físicos e laboratoriais \$ 3,00
Código dos sinais de tempestade \$ 0,50	Legislação sobre o comércio de ouro.. \$ 1,20	Regulamento dos Bairros Sociais \$ 1,00
Comissão de Classificação dos Espectáculos \$ 1,50	Lei Bancária (Edição bilingue) \$10,00	Regulamento de Disciplina Militar ... \$ 3,00
Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de Setembro) \$ 25,00	Lei da Nacionalidade (Edição bilingue): — Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro; — Decreto-Lei n.º 322/82/M, de 12 de Agosto (Regulamento); e — Tabela de emolumentos dos actos da nacionalidade \$15,00	Regulamento do Ensino Infantil \$ 2,50
Contrato de Concessão — Jogos de Fortuna ou Azar (Inclui traduções em chinês e inglês da versão oficial em língua portuguesa) \$ 15,00	Lei de Terras \$ 7,00	Regulamento da Escola de Pilotagem de Macau \$ 2,00
Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha Causada por Operações de Imersão de Detritos e Outros Produtos \$ 2,00	Lei de Terras (em chinês) \$ 5,00	Regulamento da Escola Técnica dos Serviços de Saúde de Macau \$ 2,00
Decretos-Leis do Governo de Macau — 1978 — \$10,00. — 1979 — \$30,00. — 1980 — \$15,00 — 1981 — \$30,00.	Lei sobre a Venda, Exposição e Exibição Públicas de Material Pornográfico e Obsceno \$ 1,00	Regulamento Geral dos Serviços de Saúde de Macau \$ 5,00
Dicionário Chinês-Português:	Leis do Governo de Macau — 1979 — \$12,00 — 1980 — \$15,00 — 1981 — \$15,00.	Regulamento do Hospital Central Conde de S. Januário \$ 2,50
Formato escolar \$50,00	Licença para estabelecimento de garagem \$ 2,00	Regulamento das Instalações Radioelétricas \$ 0,50
Formato de algibeira \$ 20,00	Meteorology of China (The), pelo P.º E. Gherzi: I volume (424 páginas) \$15,00 II volume (89 mapas e gráficos e mais de 100 páginas) \$15,00	Regulamento Internacional para Evitar Abaloamento no Mar — 1972 \$ 4,00
Dicionário Português-Chinês:	Método de Português para uso nas escolas chinesas, pelo Deão António André Ngan: 1.º volume (13.ª edição) \$ 2,50 2.º „ (6.ª „) \$ 2,50 3.º „ (5.ª „) \$ 3,00 4.º „ (4.ª „) \$ 5,00 5.º „ (3.ª „) \$ 3,00 6.º „ (2.ª „) \$ 6,00	Regulamento da Repartição dos Serviços de Assuntos Chineses \$ 1,50
Formato de algibeira \$30,00	Obra Social dos Servidores do Estado em Macau e respectivo Regulamento .. \$ 4,00	Regulamento da Secção de Apoio às Forças de Segurança de Macau, das Oficinas Navais \$ 1,00
Diploma da Escola Técnica dos Serviços de Saúde e Assistência \$ 7,00	Pensões de aposentação e de sobrevivência (Decreto n.º 52/75/M, de 8 de Fevereiro) — (em chinês) \$ 0,70	Regulamento dos Serviços do Arquivo Provincial do Registo Criminal e Policial de Macau \$ 0,70
Idem (Curso Geral de Enfermagem). \$ 7,00	Retirada de dinheiro e de sobrelivência (Decreto n.º 52/75/M, de 8 de Fevereiro) — (em chinês) \$ 0,70	Regulamento do trabalho dos presos fora dos estabelecimentos prisionais \$ 0,50
Idem (Curso criado pelo Decreto Provincial n.º 32/75) \$ 7,00	Retirada de dinheiro e de sobrelivência (Decreto n.º 52/75/M, de 8 de Fevereiro) — (em chinês) \$ 0,70	Reorganização dos Serviços de Registo Criminal do Ultramar .. \$ 0,50
Diploma de provimento (folha avulsa) cada \$ 0,50	Retirada de dinheiro e de sobrelivência (Decreto n.º 52/75/M, de 8 de Fevereiro) — (em chinês) \$ 0,70	Secretaria da Assembleia Legislativa. \$ 2,00
Diploma do Curso da Escola de Enfermagem das F. M. M. \$ 7,00	Retirada de dinheiro e de sobrelivência (Decreto n.º 52/75/M, de 8 de Fevereiro) — (em chinês) \$ 0,70	Tabela de Incapacidades \$ 3,00
	Retirada de dinheiro e de sobrelivência (Decreto n.º 52/75/M, de 8 de Fevereiro) — (em chinês) \$ 0,70	Tabela Geral do Imposto do Selo (edição actualizada) \$ 12,00
	Retirada de dinheiro e de sobrelivência (Decreto n.º 52/75/M, de 8 de Fevereiro) — (em chinês) \$ 0,70	Termo de posse (folha avulsa), cada .. \$ 0,50

PREÇO DO PRESENTE NÚMERO \$18,00

正元八十一銀價張本

IMPrensa NACIONAL DE MACAU